

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIELA ARMSTRONG FERREIRA

SINALIZA GUARAPÉS: PROJETO DE SINALIZAÇÃO PARA TURISMO DE BASE  
COMUNITÁRIA NAS COMUNIDADES DA BAÍA DE GUARATUBA

CURITIBA

2018

GABRIELA ARMSTRONG FERREIRA

SINALIZA GUARAPÉS: PROJETO DE SINALIZAÇÃO PARA TURISMO DE BASE  
COMUNITÁRIA NAS COMUNIDADES DA BAÍA DE GUARATUBA

Projeto de Planejamento e Gestão em Turismo II  
apresentado ao Curso de Turismo, Setor de Ciências  
Humanas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Márcia S. M. Nakatani

CURITIBA

2018

## RESUMO

Famoso pelo turismo de sol e praia, o município de Guaratuba, no Litoral do Paraná, oferta outros produtos turísticos pouco conhecidos, em uma região também pouco explorada: a Baía de Guaratuba. De modo a organizar as comunidades da Baía, reforçando propostas de turismo menos impactantes que o turismo de massa, o Grupo Guarapés oferece novas experiências aos visitantes, através do Turismo de Base Comunitária - TBC. Além disso, funciona também como alternativa de renda às famílias, uma vez que as comunidades se localizam na Área de Proteção Ambiental - APA de Guaratuba, e enfrentam diariamente restrições de uso e manejo do espaço, dificultando a realização de atividades extrativistas, essenciais à sua sobrevivência. Sendo um turismo ainda pouco praticado na região, o presente projeto intitulado "Sinaliza Guarapés", possui como objetivo geral a elaboração de uma proposta de sinalização interpretativa para os locais e atrativos de turismo de base comunitária localizados na Baía de Guaratuba, Paraná, como meio de informação a respeito dos atrativos locais (patrimônios ambientais, históricos e/ou culturais), compreendendo também a implantação de placas de sinalização informativa, como meio de divulgação do Grupo Guarapés. A pesquisa exploratória-descritiva teve ainda como objetivos específicos: descrever o TBC ofertado pelas comunidades da Baía de Guaratuba; identificar e mapear os locais e atrativos presentes nos roteiros, que necessitam de sinalização interpretativa; diagnosticar quais os elementos considerados patrimônio presentes nas comunidades; e, identificar as práticas de sinalização interpretativa aplicadas ao turismo. Para a pesquisa de gabinete e de campo foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: fichamento das leituras e dos documentos, roteiro de entrevista com sete moradores anfitriões do Grupo Guarapés e com a coordenadora do projeto de extensão vinculado ao TBC da Baía de Guaratuba, observação durante as entrevistas e registros fotográficos durante as visitas. Foram realizadas duas visitas entre Julho e Agosto de 2018, sendo possível conhecer as comunidades do Cabaraquara, do Parati e Caieiras. Como resultados identificou-se que as atividades de TBC ofertadas pelas comunidades são passeios pela Baía de Guaratuba, pesca esportiva, as trilhas, oficina de produção de tarrafa e de produção de canoa de um pau só, a venda de produtos locais e de artesanato, visita à criação de abelhas nativas e de participação na retirada de caldo de cana, e almoço incluso em todos os roteiros. Sobre a implantação da sinalização nas comunidades verificou-se que os moradores são a favor da colocação de placas interpretativas, visto que entendem que podem melhorar a divulgação do TBC e sugeriram a inclusão de placas informativas que apresentassem o Grupo Guarapés. A partir desses resultados, o projeto "Sinaliza Guarapés", aqui proposto, apresenta os locais e o conteúdo das placas informativas e interpretativas, bem como descreve as etapas para a execução do projeto, os recursos humanos envolvidos e as possibilidades de financiamento do projeto. Conclui-se que a execução deste projeto contribuirá para promover o TBC da Baía de Guaratuba, a partir da implantação das placas que destaquem a cultura e as atividades locais, tanto para os turistas, quanto para as próprias comunidades.

**Palavras-chave:** Turismo de Base Comunitária. Baía de Guaratuba. Grupo Guarapés. Sinalização Interpretativa.

## ABSTRACT

Famous for sun and beach tourism, the municipality of Guaratuba, on the coast of Paraná, other pairs of tourists little known, in a region also little explored: the Bay of Guaratuba. In order to organize the communities of Bay, reinforcing tourism trends less impacting than mass tourism, the Guarapés Group to make new visitors, through Community Based Tourism - TBC. In addition, it also works as an income alternative for families, since the communities are located in the Environmental Protection Area (APA) of Guaratuba, and face the daily use of resources and management of space, making it difficult to carry out extractive activities, survival. Being a tourism still practiced in the region, the present project entitled "Sinaliza Guarapés", has as general objective the elaboration of a proposal of interpretative signaling for the places and attractions of community-based tourism located in the Bay of Guaratuba, Paraná, as a means of informing about the local attractions (patrimonial environmental, historical and / or culture), including advertising and memory monitoring system and information of Guarapés Group. An exploratory-descriptive research had specific objectives: to describe the TBC offered by the communities of the Bay of Guaratuba; identify and map the locations and attractions present in the road maps, which are position flags; diagnose what are the characteristics of the patrimony present in the communities; and, identify as practices of interpretative signaling to tourism. For the collection of data and data collection documents, the data reading script and the documents, an interview script with seven service units, and an adaptation of the extension project notebook to the TBC of Guaratuba Bay during interviews and the photographic records during the visits. Two visits were made between July and August of 2018, being possible to know the communities of Cabaraquara, Parati and Caieiras. As a result, it was identified that the activities offered by the communities of TBC are walks through the Bay of Guaratuba, sport fishing, trails, workshop of production of cast nets and production of canoe of a single stick, the sale of local products and handicrafts, visit to the creation of native bees and participation in the withdrawal of sugarcane juice, and lunch included in all itineraries. Regarding the implantation of signaling in the communities, it was verified that the residents are in favor of the placement of interpretative boards, since they understand that they can improve the disclosure of the TBC and suggested the inclusion of informative plaques that presented the Guarapés Group. Based on these results, the "Sinaliza Guarapés" project, here proposed, presents the locations and contents of the informational and interpretative boards, as well as the steps for the execution of the project, the human resources involved and the possibilities of financing the project. It is concluded that the execution of this project will contribute to promote the TBC of the Bay of Guaratuba, from the implantation of the plates that highlight the culture and the local activities, for the tourists, as well as for the communities themselves.

**Keywords:** Community Based Tourism. Guaratuba Bay. Guarapés Group. Interpretive Signaling.



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PRINCÍPIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO .....	28
FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA .....	32
FIGURA 3 – BAÍAS DE PARANAGUÁ E DE GUARATUBA .....	33
FIGURA 4 – LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE GUARATUBA .....	34
FIGURA 5 – LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES NA BAÍA DE GUARATUBA....	36
FIGURA 6 – PASSEIO DE CANOA NA BAÍA .....	37
FIGURA 7 – PASSEIO DE BARCO PELA BAÍA DE GUARATUBA.....	37
FIGURA 8 - PLACAS INDICATIVAS DE RESTAURANTES DE FRUTOS DO MAR NA COMUNIDADE DE CABARAQUARA .....	46
FIGURA 9 - CANOA FEITA DE UM PAU SÓ.....	47
FIGURA 10 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DA APA DE GUARATUBA, ZONA DE CONSERVAÇÃO C11 - PARATI .....	49
FIGURA 11 - BARQUEIRO E CONDUTOR LOCAL .....	50
FIGURA 12 - PRODUÇÃO DE TARRAFA .....	51
FIGURA 13 - PRODUÇÃO DE OSTRAS .....	52
FIGURA 14 - ALMOÇO CASEIRO NO RESTAURANTE DA DONA AURORA .....	54
FIGURA 15 - PROPRIEDADE DA DONA AURORA.....	54
FIGURA 16 - PLACA INFORMATIVA DO CABARAQUARA .....	56
FIGURA 17 - PLACA INFORMATIVA DA PRAINHA .....	57
FIGURA 18 - SALTO DO PARATI.....	59
FIGURA 19 - PORTO DE CHEGADA NA COMUNIDADE DO PARATI .....	59
FIGURA 20 - DIFERENÇA ENTRE SINALIZAÇÃO INFORMATIVA E INTERPRETATIVA.....	62
FIGURA 21 - MAPEAMENTO DOS LOCAIS E ATRATIVOS DAS COMUNIDADES DA BAÍA DE GUARATUBA.....	63
FIGURA 22 - ATIVIDADES PARA O PLANEJAMENTO DO TEXTO DAS PLACAS66	
FIGURA 23 - ESBOÇO PLACA INFORMATIVA (PINF) .....	67
FIGURA 24 - PLACA INTERPRETATIVA DA PESCA ARTESANAL (PINT1).....	68
FIGURA 25 - ESBOÇO PLACA INTERPRETATIVA CANOA ARTESANAL (PINTER2).....	68

FIGURA 26 - ESBOÇO PLACA INTERPRETATIVA COMUNIDADE TRADICIONAL DO PARATI (PINTER3).....	69
-----------------------------------------------------------------------------------------	----

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ANÁLISE DOS AUTORES .....	21
QUADRO 2 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DAS COMUNIDADES LITORÂNEAS DO PARANÁ.....	23
QUADRO 3 - CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	38
QUADRO 4 - RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS .....	42
QUADRO 5 - PROJETO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM TURISMO I ..	43
QUADRO 6 - PROJETO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM TURISMO II ..	44
QUADRO 7 - ETAPAS PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO .....	66
QUADRO 8 - GASTOS/DESEMPESAS DA PESQUISA .....	73

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	10
<b>2</b>	<b>MARCO TEÓRICO</b>	14
2.1	TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA - TBC	14
2.2	COMUNIDADES LITORÂNEAS	22
2.3	SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA	26
2.4	BAÍA DE GUARATUBA, AS COMUNIDADES E O GRUPO GUARAPÉS	32
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	38
3.1	TIPO DE PESQUISA	39
3.2	TÉCNICAS DE PESQUISA	39
3.3	COLETA DE DADOS	40
3.3.1	Construção do instrumento de coleta de dados	40
3.3.2	Processo para a construção do instrumento de coleta de dados	41
3.3.3	Tabulação e interpretação dos dados	43
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS</b>	45
4.1	O TBC NA BAÍA DE GUARATUBA	45
4.2	SINALIZAÇÃO NAS COMUNIDADES	55
<b>5</b>	<b>SINALIZA GUARAPÉS</b>	61
5.1	DESCRIÇÃO DO PROJETO SINALIZA GUARAPÉS	61
5.2	ETAPAS PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO	65
5.2.1	Descrição das etapas para a execução do projeto	66
5.2.2	Descrição dos recursos humanos envolvidos em cada etapa	71
5.2.3	Descrição do orçamento e dos desembolsos por etapa	73
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	75
	<b>REFERÊNCIAS</b>	77
	<b>APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS COMUNIDADES</b>	84
	<b>APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COORDENADORA</b>	85
	<b>ANEXO 1 - PASSEIO DE BARCO PELA BAÍA DE GUARATUBA</b>	86
	<b>ANEXO 2 - SAMBAQUI DO PARATI</b>	88

<b>ANEXO 3 - BANNER DO PARQUE NACIONAL SAINT-HILAIRE LANGE NA PROPRIEDADE DA DONA AURORA (PARATI) .....</b>	<b>89</b>
<b>ANEXO 4 – FOLDER E FOLHETO DO GRUPO GUARAPÉS .....</b>	<b>90</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária surgiu por meio de movimentos através da luta de inclusão, principalmente no Norte e Nordeste do Brasil, onde passaram a atrair visitantes que consumissem seus produtos, comidas típicas locais, artesanatos e hospedagem, valorizando assim, o modo de vida cultural das comunidades e priorizando um turismo voltado à troca de experiências (CORIOLANO, 2009).

Este segmento veio em oposição ao turismo globalizado, notadamente relacionado a grandes empreendimentos e que chegou aos países em desenvolvimento sem considerar as ocupações anteriores, já que as regiões injustiçadas socialmente, como por exemplo, algumas comunidades litorâneas, não tiveram oportunidades e vantagens em relação ao turismo (CORIOLANO, 2009), uma vez que não foram incluídas em projetos que de desenvolvimento do turismo no local. Consequentemente, as comunidades passaram a ter uma reação negativa ao turismo global, já que consideravam este como uma ameaça ao seu modo de vida (CORIOLANO, 2009).

Como qualquer outro segmento do turismo, o desenvolvimento de atividades turísticas, seja qual for, necessita de infraestrutura básica adequada, como acesso, saneamento, transporte, saúde, educação, moradia, entre outros que fazem parte das condições básicas necessárias para a sobrevivência humana. Em específico para um atrativo turístico, Ignarra (2002) destaca que os elementos essenciais da infraestrutura básica são: vias de acesso, saneamento básico, rede de energia elétrica, comunicações, sinalização turística, iluminação pública, dentre outros.

Desta forma, é possível perceber que a sinalização turística está entre os serviços básicos de infraestrutura no turismo, visto que tem como objetivo garantir o fácil acesso às informações sobre atrativos turísticos, além de possibilitar um deslocamento acessível do turista até eles (SILVA; MELO, 2012). Fernandes, Goveia e Maganhotto (2010, p. 6) corroboram que “(...) sem a acessibilidade não existe turismo, uma vez que a atividade turística está diretamente relacionada ao deslocamento de indivíduos ou grupos de indivíduos.”.

Além disso, a informação turística é considerada um dos principais componentes do crescimento da atividade, pois influencia na interpretação do atrativo, no deslocamento e na orientação tanto dos visitantes, como da própria população local (SILVA; MELO, 2012). Têm-se então, a sinalização como grande

colaborador para o desenvolvimento turístico local, objetivando a interpretação dos diferentes tipos de atrativos turísticos, auxiliando na crescente oferta e demanda do produto e, agregando a si mais valor (SILVA; MELO, 2012).

Nesse contexto, considera-se a partir de Vera (1997), que a forma mais comum e diferencial de desenvolvimento turístico e que ainda gera a maior parte dos movimentos turísticos internacionais, é o turismo em áreas litorâneas, tendo o litoral como principal destino em muitos países.

Em específico no Paraná, ainda que a extensão linear seja uma das menores do país – com 105 km de costa e 98 km de praias balneáveis (LEAL, 2000) - algumas iniciativas de turismo vêm surgindo, sejam por meio do turismo de massa ou de outras, como o TBC. No caso específico da cidade de Guaratuba, o turismo de massa tem o turismo de sol e praia como principal segmento, tirando proveito dos seus 15 km de praia existentes, que vão desde Caieiras até a Barra do Saí (SCHEUER, 2010), ocupando as faixas que variam de 6 a 280 metros de largura, tornando as praias os maiores atrativos do turismo e principal elemento para geração de atividade econômica na temporada de verão no município (CONSELHO DO LITORAL, 2002).

No entanto, o turismo de sol de praia não é o único segmento turístico do município. A Baía de Guaratuba ou Complexo Estuarino da Baía de Guaratuba, local de estudo da pesquisa, encontra-se na planície costeira do Paraná, com cerca de 6.260 hectares (IBRADES, 2011), e pertence à Área de Proteção Ambiental de Guaratuba (APA de Guaratuba). Seu norte faz limite com o Parque Nacional Saint Hilaire Lange e está em proximidade com o bairro urbano Mirim de Guaratuba, situado no Parque Estadual do Boguaçu (CABRAL, 2015). Dentro da baía existem diversos canais e ilhas, sendo margeada em quase todo o perímetro por extensos manguezais. As principais ilhas da localidade são: Ilha do Veiga, Ilha do Capinzal, Ilha do Rato, Ilha do Araçá, Ilha das Garças e Ilha da Sepultura (BRANDINI, 2008).

A Baía de Guaratuba possui além de grandes atrativos naturais, grandes histórias, culturas e localidades, onde diversas famílias ribeirinhas – moradoras da região - tornam possível a construção de um modo de hospitalidade familiar e de envolvimento dos turistas com os caiçaras (GRUPO GUARAPÉS, 2017).

Por conta dessas características, em 2015 foi criado um projeto de extensão pelo Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná – sediado em Matinhos, Paraná, com o objetivo de fortalecer a gestão familiar para o turismo, a



diversificação dos produtos turísticos na Baía de Guaratuba e o fomento ao empreendedorismo local. Após um ano de aproximação com as comunidades e construção de vínculos com famílias e instituições parceiras, em 2016 o projeto propôs diversas atividades de extensão ligadas ao turismo. Em um dos cursos oferecidos, foi criado o Grupo Guarapés, um grupo comunitário que tem como proposta a construção de um modelo de TBC que valorize as belezas e a cultura da região, ao mesmo tempo em que serve como alternativa de renda para famílias do local (GRUPO GUARAPÉS, 2017).

Diante do exposto, a pesquisa tem como objetivo geral elaborar uma proposta de sinalização interpretativa para os locais e atrativos de turismo de base comunitária localizados na Baía de Guaratuba, Paraná, já que os mesmos sofrem carência de tal infraestrutura. Para tal, foram delimitados os seguintes objetivos específicos:

- a. descrever o Turismo de Base Comunitária ofertado pelas comunidades da Baía de Guaratuba;
- b. Identificar e mapear os locais e atrativos presentes nos roteiros, que necessitam de sinalização interpretativa;
- c. diagnosticar quais os elementos considerados patrimônio presentes nas comunidades;
- d. identificar as práticas de sinalização interpretativa aplicadas ao turismo.

Sendo assim, primeiramente justifica-se a importância desta pesquisa, pois até o presente momento não se tinha encontrado nenhuma produção científica sobre a sinalização tanto turística, como interpretativa, com o TBC, além de a maioria dos estudos sobre este segmento em comunidades litorâneas se encontrarem nas regiões Norte e Nordeste do país. Em segundo lugar, viu-se a necessidade da implantação da sinalização dos atrativos ofertados pelas comunidades litorâneas anfitriãs do Grupo Guarapés, na Baía de Guaratuba, onde já ocorre o TBC, como meio para auxiliar o grupo e as comunidades na demanda do turismo no local. Assim, entende-se também como contribuição prática deste projeto a possibilidade de facilitar o acesso e a sinalização dos atrativos das comunidades a partir da sinalização, propiciando maior visibilidade e desviando o foco do turismo de sol e praia da cidade.

No capítulo 2 foi desenvolvido o marco teórico, subdividido em quatro tópicos: Turismo de Base Comunitária, Comunidades litorâneas, Sinalização interpretativa e,

a Baía de Guaratuba, as Comunidades e o Grupo Guarapés. No capítulo 3 são considerados os procedimentos metodológicos do trabalho, que versam sobre tipo da pesquisa, técnicas de pesquisa, e coleta de dados (construção de instrumentos e tabulação e interpretação dos dados). Ao final apresenta o cronograma de atividades desenvolvidas durante a realização da primeira parte deste projeto e as atividades previstas para a finalização do projeto.

No capítulo 4 são apresentadas as análise dos dados, divididas em uma análise do TBC ofertado na Baía de Guaratuba, onde procurou-se um baseamento para então prosseguir à análise dos dados referentes a sinalização nas comunidades, foco do trabalho. No capítulo 5 foi apresentado o projeto em questão e quais as etapas para sua construção, além dos materiais e gastos realizados durante a pesquisa e projeto. Em fim, no capítulo 6 são apresentadas as considerações finais da pesquisa, seguido pelas referências, os apêndices com os instrumentos de coleta de dados e os anexos.

## 2 MARCO TEÓRICO

No presente trabalho, a fundamentação teórica se divide em quatro tópicos. O primeiro aborda o TBC como um todo, incluindo as definições, apresentando-o a partir de uma diferenciação ao modelo de turismo convencional, denominado turismo de massa, e, de que forma contribui para as comunidades locais. O segundo disserta sobre as comunidades litorâneas, onde foi possível entender sobre as vantagens que o turismo pode trazer para essas populações, além de suas atividades praticadas no dia a dia, antes e durante o TBC. No terceiro tópico, é construído o conceito de sinalização, focando na sinalização interpretativa, principalmente em áreas naturais e em comunidades litorâneas. Por último, foi apresentado o objeto de estudo do trabalho, tendo a Baía de Guaratuba e as comunidades anfitriãs do Grupo Guarapés como local para a implantação do projeto de sinalização.

### 2.1 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA – TBC

O turismo é visto como uma atividade que se diferencia muito das demais, isto porque é necessário entender que ele é um subsistema interconectado a outros subsistemas, como educação, saúde e meio ambiente (SAMPAIO et al., 2014). Por muitos anos, o TBC trazia consigo um sentido marginal, periférico, distante da realidade e das tendências políticas públicas nacionais e internacionais (FABRINO, 2013). Em meados de 1990 foi que denominações como Turismo Comunitário, Turismo de Base Comunitária ou Turismo de Base Familiar passaram a surgir como tema de diálogo científico no Brasil, a partir do I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), realizado em São Paulo, em 1997. Em um segundo momento, adiciona-se ao debate científico a participação de movimentos sociais na ocasião do I Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado em Fortaleza em 2003 (SAMPAIO et al., 2014).

A denominação de turismo comunitário provém de outras modalidades do turismo, conhecidas pelos termos turismo cultural ou etnoturismo, ecoturismo e agroturismo, como é explorado na fundamentação teórica que se apresenta. Contudo, o turismo comunitário é caracterizado por populações tradicionais, que se diferem da lógica racional econômica de ganho puramente individual, se inspirando em ideais comunitários (SAMPAIO et al., 2014). Sendo assim, conforme definido por

Zamignan e Sampaio (2005), ele age como uma estratégia para que populações tradicionais possam ser as próprias protagonistas do turismo, onde o foco são os seus modos de vida, se tornando uma alternativa ao modelo materialista-consumista do turismo convencional. Assim como concorda Sancho e Malta (2015), quando descrevem que um aspecto primordial é que as comunidades se tornam sujeitos, ou melhor, protagonistas do processo, ditando seu ritmo e direção. Esta proposta de turismo propicia um contato maior do visitante com o lugar e com seus moradores, o que permite a uma troca intercultural de experiências, desejos, tradições, modos de vida, entre outros (SANCHO; MALTA, 2015).

Ou seja, as comunidades tradicionais, excluídas do turismo de massa, criaram um conceito de turismo em que fosse possível ter uma relação dialética entre o turista e a comunidade receptora (e não na sobreposição de comunidade ao turista). Este segmento do turismo é, então, pensado como um projeto de desenvolvimento territorial sistêmico (sustentável) a partir da própria comunidade (SAMPAIO, 2007). Assim como concorda Salvati (2003), em seus princípios de turismo responsável, a comunidade deve ter participação ativa no planejamento e gestão do turismo, inserido em um contexto amplo de desenvolvimento sustentável e de suporte para a conservação, além de respeitar e preservar as culturas locais.

Para o Ministério do Turismo - MTUR (BRASIL. Ministério do Turismo, 2008), o TBC age com mais responsabilidade em suas atitudes quando em relação ao turismo de massa. Nele são valorizadas as práticas voltadas para a economia solidária, a autogestão da cadeia produtiva, o associativismo e o cooperativismo e, a valorização das culturas locais, onde o protagonista é a comunidade local. Para Irving (2009, p.110):

Considerando que o turismo, em qualquer de suas formas de expressão e intervenção, interfere na dinâmica socioambiental de qualquer destino, o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo. Neste caso, o sentido de comunitário transcende a perspectiva clássica das “comunidades de baixa renda” ou “comunidades tradicionais” para alcançar o sentido de comum, de coletivo. O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento (...)

Sendo assim, fica claro que o protagonismo da comunidade é o elemento

fundamental do TBC, assim como em todos os turismos onde a comunidade é quem oferece as atividades, baseadas em seu modo de vida - como o Turismo Comunitário e Turismo de Base Familiar -. Os atores externos são indutores do processo, atuando por meio de motivações intrínsecas, se mostrando fundamental para o desenvolvimento dessa atividade, que depende da orientação efetiva de entidades especializadas, como ONGs e universidades (FABRINO, 2013). Os conceitos de Turismo de Base Comunitária, Turismo Comunitário e Turismo de Base Familiar possuem a mesma ideia e todos os elementos em comum, o que muda é apenas a denominação. Usa-se o termo Turismo de Base Familiar, pois o conceito de unidade familiar se respalda em um espaço primário de sociabilidades e de reprodução social do camponês, onde é formado pela casa e pelo roçado, uma vez que o camponês é "(...) uma categoria social constituída de uma ética onde terra, família e trabalho estão relacionados, uma não existe sem a outra e se vinculam a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia." (MELLINGER, 2013, p. 62).

Qual seja a terminologia utilizada, todas revelam a importância da população local nesse processo, em que ninguém além da comunidade as regras de como desenvolver o turismo no local. A presença dos atores locais é imprescindível durante o processo do planejamento e de execução da atividade. Isto promove ainda, o desenvolvimento local a partir da iniciativa própria do local (BARRETO; TAVARES, 2017).

Com as devidas orientações, o TBC permite às comunidades tradicionais, que geralmente são excluídas das políticas públicas, a oportunidade na geração de trabalho, renda, educação, saúde e habitação, através da produção de serviços turísticos de forma associativa, comunitária, compartilhada e responsável. Compreende-se assim que se trata de um segmento do turismo que atrai uma demanda específica de turista, mas com foco no coletivo, pois abrange a comunidade como um todo, além da troca de experiências entre às populações e os visitantes (SAMPAIO; ZAMIGNAN, 2011).

Nesse contexto, Sampaio, Zechner e Henríquez (2008) descrevem o turismo comunitário como atividade que oportuniza, além das comunidades, aqueles que têm mais interesse nesse tipo de atividade, como estudantes, professores, pesquisadores e simpatizantes, pois se encontram mais próximos da realidade e que além de tudo, possam entrar em contato com assuntos relacionados à conservação

da natureza (sistemas ecológicos) e, ao mesmo tempo, a conservação de modos de vida tradicionais (sistemas sociais). Irving e Azevedo (2002), corroborando com o pensamento dos autores anteriores, se referem ao turismo comunitário como turismo sustentável, onde o seu desenvolvimento exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, corresponsabilidade e participação.

Segundo Coriolano (2009), para ser definido como turismo comunitário, as comunidades, por meio de formas associativas, organizam arranjos produtivos locais, da mesma forma que possuem total controle sobre as terras e as atividades econômicas associadas ao turismo. “Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios.” (CORIOLANO, 2009, p. 282). Ainda para Coriolano (2003), uma das principais características do turismo comunitário é essa mesma criação de comunicação entre visitantes e visitados, pois ali existe uma interação de respeito mútuo entre turista e morador, com relações humanizadas, pessoais e singulares, ao contrário do turismo de massa, onde as relações são impessoais, distantes ou boa parte das vezes, nem chegam a existir. Este fato pode ser considerado um contrassenso, visto que o turismo, considerado como o movimento de pessoas, é uma atividade que envolve, em primeiro lugar, os indivíduos e, por isso deve ser considerado um ramo das ciências sociais e não somente uma atividade econômica, como ressalta Paiva (1995).

Além disso, o turismo pode ser uma atividade indutora de desenvolvimento para as comunidades excluídas socialmente, que muitas vezes se encontram em situação de pobreza crônica (MALDONADO, 2009), mas nem sempre é o que acontece. Um dos motivos é que primeiramente o local precisa crescer e se desenvolver, para apenas depois o turismo se fortalecer com sucesso. Os países pobres são levados a acreditar no turismo como uma fonte real de benefícios, porém tem seu desenvolvimento econômico baseado em atividades produtivas sólidas, com grande apoio na industrialização (CORIOLANO, 2009).

Com elementos como a globalização e, os espaços de lazer cada vez mais homogêneos, o aumento do estresse e a busca da identidade cultural, as demandas por turismo vêm se transformando cada vez mais. Dia a dia ela vem se tornando mais exigente, variada e variável, buscando cada vez mais aspectos relacionados à

cultura e ao meio ambiente. Isto porque a globalização tem proporcionado uma perda de referências, o que desencadeia, em contraponto, a busca por outras condições de satisfação, a dizer a necessidade de pertencimento, bem como de um intercâmbio intercultural (LOUREIRO; GOYAREB, 2013).

Para a Rede Brasileira de Turismo Comunitário – TURISOL<sup>1</sup> (2008 apud MENDONÇA, 2009, p.300), a atividade não deve ser vista apenas como a geração de renda e riqueza com uma visão empresarial, mas também como um meio para alavancar o desenvolvimento local, a organização comunitária e a co-gestão, onde preservam-se o patrimônio natural, cultural e as formas de vida tradicionais das comunidades e do seu território.

Conforme a World Tourism Organization - UNWTO (2012), o Ecoturismo e o Turismo de Aventura crescem mais de 20% ao ano, enquanto o turismo de massa, em que a preocupação maior é simplesmente com o bem-estar dos turistas, cresce apenas 7,5%. Aquelas são, então, demandas que optam pela proximidade com o meio ambiente acima dos meios urbanos, buscando por espaços ditos “naturais”. Vê-se assim, a total contradição com a oferta do turismo de massa que privilegia o lucro imediato e a grande escala, destruindo a qualidade relativa dos sítios turísticos (ZAOUAL, 2009).

O turismo de massa, segundo os autores Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009) é retratado como a atividade que auxilia os turistas em suas férias, na fuga do estresse cotidiano, viajando para lugares superlotados e com cronogramas já pré-estabelecidos para consumir os mesmos eventos indicados pelas agências de viagens. Ainda para os autores, o TBC se contrapõe ao turismo massificado “(...) requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar.” e destacam, ainda, como a sua característica central, a estruturação e o estabelecimento de uma relação dialogal entre visitantes e visitados. Finalizam considerando que “Nesse modo relacional, nem os anfitriões são submissos aos turistas, nem os turistas fazem dos hospedeiros meros objetos de instrumentalização consumista.” (BARTHOLO et al. 2009, p.86).

De acordo com Silva, Ramiro e Teixeira (2009), para se contrariar a esses

---

<sup>1</sup> MENDONÇA, T.C.M. Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado. In: BARTHOLO, R., SAN SOLO, D.G, BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 289-301.



impactos negativos do turismo massivo, a sociedade passa a se mobilizar para criar novas atividades que sejam diferenciadas e ao mesmo tempo baseadas nos modos de vida locais. Ainda para os autores, a sustentabilidade se torna pré-requisito dessas atividades, estruturando a oferta de determinada região, por meio de ações responsáveis e economia solidária, caracterizando assim o turismo de base comunitária (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009), que se apresenta como uma nova forma de praticar o turismo, mas se opondo ao turismo de massa, apresentando uma iniciativa com potencial de transformação social e de desenvolvimento sustentável local. Sua característica principal é a busca pela qualidade de vida para os envolvidos, a procura por ganhos sociais e/ou ambientais no contexto local, e pelas iniciativas em prol da coletividade (PASA GÓMEZ et al., 2015). As melhorias da qualidade de vida da comunidade local, da distribuição de renda e benefícios para a própria região, são uma consequência do que o TBC pode proporcionar.

O TBC é entendido então, como uma rede social que possui atividades originadas e administradas pela comunidade receptora, considerando a participação coletiva e sendo a tomada de decisão orientada para o benefício de todos. É uma alternativa positiva e sustentável de desenvolvimento de pequenas comunidades, agregando valor às atividades produtivas do cotidiano tradicional, seus fazeres e saberes, uma vez que é a única alternativa econômica possível diante de regras ambientais, como descrevem Sansolo e Bursztyn (2009) e corroboram os autores já citados: Silva, Ramiro e Texeira (2009); Coriolano; Sampaio, Zechner e Henríquez (2008); Irving e Azevedo (2002); Sampaio (2007) e Salvati (2004).

Destaca-se ainda, quanto ao desenvolvimento do TBC que, de acordo com Carvalho (2007, p.5), é:

O turismo comunitário se destaca pela mobilização da comunidade na luta por seus direitos contra grandes empreendedores da indústria do turismo de massa que pretendem ocupar seu território ameaçando a qualidade de vida e as tradições da população local. Este modelo de turismo através do desenvolvimento comunitário é capaz de melhorar a renda e o bem-estar dos moradores, preservando os valores culturais e as belezas naturais de cada região

O TBC passou a ser reconhecido institucionalmente somente em 2008, quando o Ministério do Turismo - MTUR, através do Edital 01/2008, passou a reconhecer as atividades de TBC e a direcionar recursos para o incentivo de tais iniciativas no Brasil (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009).

Na obra “Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras” foram apontados alguns estudos de caso sobre o TBC. Na América Latina, Bursztyn; Bartholo e Delamaro (2009) citam a Bolívia que, publicou seu Plano Nacional de Turismo em 2006, sendo integralmente voltado para o fomento do TBC, com destaque a Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS), que congrega iniciativas de 12 países do continente, e mais particularmente a Rede Boliviana de Turismo Solidário Comunitário - TUSOCO (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009).

No Brasil, merecem destaque a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário – TURISOL, que atualmente já não atua mais e, a Rede Cearense de Turismo Solidário e Comunitário - Rede TUCUM, isto devido aos seus caracteres pioneiros e articuladores, fundamentais para o desenvolvimento do segmento no país. No âmbito das políticas públicas, o Ministério do Meio Ambiente - MMA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA criou e ainda vêm criando espaço em suas ações para o fomento a grupos organizados de base comunitária no entorno ou no interior de Unidades de Conservação, no caso do MMA, e/ou vinculados ao Programa de Agricultura Familiar (PRONAF), no caso do MDA (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009).

Algumas experiências bem-sucedidas do TBC em que as comunidades foram protagonistas no desenvolvimento da atividade podem ter como exemplo, o caso de Silves, no Amazonas, e da Prainha do Canto Verde. Silves é um município do estado do Amazonas no norte do Brasil, localizado em uma ilha fluvial no Rio Urubu. A região, com uma população de aproximadamente 8 mil pessoas, é repleta de lagos e rios de grande importância para a comunidade. De acordo com Cruz (2009), houve um tempo em que Silves teve sua área ameaçada devido à forte exploração no local, principalmente em relação à pesca predatória. Viu-se então, a necessidade de criação da Associação de Silves para a Preservação Ambiental e Cultural - ASPAC, em 1993, com o intuito de unir a população local para proteger a região. Após um ano, com apoio financeiro da Organização Não-Governamental WWF Brasil, foi possível a construção da Pousada Aldeia dos Lagos, gerida integralmente pela comunidade local e que, através de oficinas de capacitação e aspectos de gestão em hotelaria, se tornou apta para administrar o empreendimento. Os recursos gerados pela Pousada são inteiramente revertidos para os associados da ASPAC e para projetos de proteção aos lagos do município (CRUZ, 2009).

Já a Prainha do Canto Verde, localizada no município de Beberibe, no estado do Ceará, é uma comunidade de pescadores artesanais com aproximadamente mil pessoas. Segundo Cruz (2009), a comunidade não possuía documentação de posse de terra e por conta disso sofria muita pressão de agentes imobiliários e empresários com interesse em explorar a região. Mesmo diante de ameaças e confrontos, a comunidade batalhou por suas terras pelos últimos vinte anos, quando um executivo, diante das dificuldades de sobrevivência dos moradores, decidiu instrumentar o local para o desenvolvimento do TBC. Dessa forma, o empreendedorismo social na região proporcionou a adaptação das casas dos pescadores para receber os turistas, sendo construídos apartamentos independentes e com banheiros. Por mais que o turismo de base comunitária tenha passado a ser uma das atividades da comunidade, age apenas como uma atividade complementar, impulsionando a economia local e fortalecendo laços sociais entre a comunidade, mas sem alterar na pesca, que continua sendo a principal atividade econômica da Prainha (CRUZ, 2009).

Sansolo e Bursztyn (2009) citam diversos outros autores que buscaram trabalhar a relação do turismo com as comunidades locais, conforme o quadro:

QUADRO 1 - ANÁLISE DOS AUTORES

<b>AUTORES</b>	<b>ANÁLISE</b>
Mitchell e Reid (2001)	Estudaram a comunidade da Ilha Tequile no Peru, no processo de planejamento, desenvolvimento e gestão do TBC.
Horn e Simons (2002)	Trataram a relação do turismo com comunidades tradicionais na Nova Zelândia.
Tosun (2006)	Aborda a participação comunitária no planejamento e desenvolvimento do turismo na Turquia.
Rugendyke e Thi Son (2005)	Estudaram no Vietnã a substituição das atividades agrárias tradicionais pelo turismo de natureza relacionado às unidades de conservação.
Koster e Randal (2005)	Utilizaram indicadores para avaliação do desenvolvimento econômico de comunidades envolvidas com o turismo no Canadá.
Mansfeld e Jonas (2006)	Analísaram a capacidade de carga cultural em uma comunidade judaica que trabalha com turismo em Kibutz, Israel.

FONTE: A Autora (2018) baseado em Sansolo e Bursztyn (2009).

Por fim, conclui-se que o TBC se apresenta de diferentes formas, em diferentes regiões e localidades, tendo muito a ser pesquisado e sendo considerado um objeto complexo de estudo, visto suas peculiaridades inerentes ao local. Isto se deve principalmente pelo fato de que as comunidades que oferecem este tipo de turismo são totalmente excluídas das políticas públicas, pois se opõem completamente ao turismo de massa, sem trazer benefícios para o capital. Assim,

para Sansolo e Bursztyn (2009) a diversidade e quantidade de casos e experiências de TBC é vasta e o turismo só passou a ser visto como um instrumento de planejamento e gestão, elaborado de forma participativa, desde a implementação do Plano Nacional do Turismo – Uma Viagem de Inclusão (2007- 2010) (SANSOLO; BURSZTYN, 2009). O TBC vem crescendo cada vez mais principalmente nas regiões costeiras, onde estão localizadas as comunidades litorâneas, que trazem consigo grandes peculiaridades quando referente às comunidades que não se localizam nos litorais.

## 2.2 COMUNIDADES LITORÂNEAS

Visto os dados expostos anteriormente, é perceptível como as comunidades litorâneas estão passando a ter cada vez mais visibilidade, uma vez que a ocupação humana em áreas litorâneas vem aumentando nas últimas décadas, fazendo com que a exploração dos recursos naturais existentes também. Os ecossistemas litorâneos e costeiros são áreas de extrema importância para grande parte dos recursos marinhos e para diversas comunidades que usufruem de seus recursos, seja como alimento, recreação, fonte de renda e atividades industriais. As zonas costeiras são responsáveis por diversos processos naturais que garantem o encadeamento da vida marinha e terrestre, constituindo uma região de grande importância para a conservação ambiental (MACHADO, 2011).

Para Pasquotto (2007), as zonas costeiras e estuarinas são consideradas espaços naturais, influenciados direta ou indiretamente por um conjunto de atividades humanas, como por exemplo, a pesca artesanal, onde há uma demanda de concepção de gestão integrada desses espaços. Sendo estes caracterizados pela existência de comunidades.

Mesmo não existindo uma definição hegemônica de comunidade, Mocellim (2011) em seu artigo “A comunidade: da sociologia clássica a sociologia contemporânea”, atenta que a comunidade é um conceito que geralmente memora algo “positivo”, seja no cotidiano ou entre teóricos sociais. A própria palavra comunidade sugere uma forma de relacionamento definida por altos graus de intimidade, vínculos emocionais, comprometimento moral e coesão social. Mocellim ressalta ainda como é comum que a conceituação de comunidade venha em oposição à sociedade, pois “(...) enquanto a comunidade é tradicional, a sociedade é

moderna; enquanto a comunidade agrega, a sociedade desagrega.” (MOCELLIM, 2011, p.109). Ainda em seu artigo, o autor cita a mais clássica das formulações das ideias de comunidade e sociedade, feita por Ferdinand Tönnies (1855-1936), que em sua visão definiu a comunidade como um grupo social espacialmente demarcado, que possui grande integração afetiva e de harmonia, ou até mesmo de uniformização, entre seus membros. Inclui-se objetivos, conhecimentos, práticas cotidianas como o saber-fazer local, além de formas de agir e pensar (TÖNNIES<sup>2</sup>, 1995a citado por MOCELLIM, 2011). As normas ocorrem especialmente por meio dos costumes, hábitos e tradições, e as formas de relacionamento social são predominantemente pessoais, o que torna possível entender o compartilhamento de valores e também maior grau de intimidade entre as pessoas.

Como o objeto deste estudo são as comunidades litorâneas da Baía de Guaratuba e, não foram localizados estudos sobre o assunto, viu-se a necessidade de procurar estudos referentes às comunidades nas áreas de suas redondezas. Foi encontrado na obra “Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos. O caso de Guaraqueçaba, Paraná”, alguns aspectos que conformam o modo de vida litorâneo no passado, sem focar às particularidades de cada lugar, uma vez que em suas tradições históricas, todas as comunidades possuem um estilo de vida característico (CUNHA; ROUGEULLE; BEHR, 2004).

QUADRO 2 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DAS COMUNIDADES LITORÂNEAS DO PARANÁ

PRINCIPAIS ATIVIDADES	COMO ERAM REALIZADAS
Lavoura	Feito em roças de subsistência, em espaços comuns específicos, recortados para a exploração familiar. Eram feitos plantios de mandioca, feijão, milho, arroz, cana-de-açúcar, abóbora, batata, melancia, laranja e temperos caseiros. Os homens faziam a derrubada e limpeza do terreno e, as mulheres participavam do plantio e da colheita, enquanto as crianças participavam apenas da colheita.
Pesca	Desenvolvida em espaços próprios aos movimentos das espécies, conforme a época e o ciclo interno. A pesca, a confecção e o conserto de redes eram feitas apenas por homens, cabendo às mulheres a parte da limpeza e do preparo do peixe, bem como a sua conservação. A tarefa de confecção de redes, assim como balaies e cestos feitos de cipó ou taquara, era executada tanto por mulheres quanto por homens
Outras atividades	Faziam a caça de animais de pequeno porte, extração de determinados produtos vegetais e coleta eventual de frutos nativos, conforme a necessidade, a época e a disponibilidade dos recursos existentes.

FONTE: A Autora (2018) baseado em Cunha et al. (2004).

<sup>2</sup> TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade. In: MIRANDA, O. de. **Para ler Ferdinand Tönnies**. 1 ed. São Paulo: EdUSP, 1995a. p. 231-352.

Visto isso, durante a pesquisa de Cunha, Rougelle e Behr (2004), foi possível perceber que um dos aspectos característicos das comunidades que integram o litoral paranaense é que, mesmo estando inseridas nas redes da pequena produção mercantil, desde o início da colonização europeia, possuíam uma interação direta com a natureza, se desenvolvendo com certo grau de autossuficiência e laços vulneráveis com o mundo externo, conforme apresenta o QUADRO 2.

É importante destacar que a terra é além um fator de produção, parte do patrimônio da família, pois é onde se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Terra, família e trabalho são categorias relacionadas, onde se vinculam a valores e a princípios como a honra e a hierarquia. Nas comunidades que se organizam pelos princípios do parentesco, as necessidades de trabalho durante o pico são satisfeitas através da reciprocidade, do contrário, em situações onde não exercem plenamente os princípios de parentesco e reciprocidade, se recorre ao assalariamento (Woortmann, 1990 apud. MELLINGER, 2013).

Com a chegada do turismo nas áreas litorâneas, uma nova fase iniciou-se, trazendo grandes impactos nas regiões, como discorre Coriolano (2008), em sua obra “Impactos Sócio-Ambientais no Litoral: Um Foco no Turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no Estado do Ceará/Brasil”, onde é possível perceber que o maior impacto que se tem observado nas regiões litorâneas - principalmente no nordeste brasileiro - é o da especulação imobiliária, grande gerador de sérios conflitos (CORIOLANO, 2008). Isto porque, ainda segundo Coriolano (2006), o turismo, de preferência em áreas litorâneas, é uma atividade que provoca o consumo de determinados espaços com diversidade de formas de utilização estruturantes de paisagens e negócios, dando agilidade a grandes processos de capacidade de organização espacial e de especulação imobiliária.

O litoral, de modo geral, privatizando espaços para a hotelaria e para uso das segundas residências, fragmentado em grandes e pequenas porções, tem condenado diretamente as comunidades tradicionais por meio da restrição de acesso aos recursos naturais e a terra e, das dificuldades de inclusão das comunidades no meio turístico (FABRINO, 2013). Conforme relatam Araújo e Moura (2007), essas comunidades, geralmente sem possuir posse legal da terra ocupada, são simplesmente jogadas à tona, sendo expulsas daquelas áreas consideradas mais valorizadas, sendo obrigadas a ceder o lugar.

Coriolano (2009) confirma que a revalorização do litoral, algo que era pra ser

visto como indutor de desenvolvimento para o lazer e o turismo, segregou e expropriou as comunidades tradicionais em face aos reordenamentos necessários à ocupação turística, se apropriando dos lugares considerados mais belos e atrativos. Prontamente, o espaço passa a ser dominado pelas marcas do turismo, que compreendem desde pequenos empreendimentos informais, até grandes resorts.

Além destes fatores, o turismo trouxe novas oportunidades e possibilidades de empregos e fontes de renda, com pontos positivos e negativos, isto por que iniciou uma falha na “transmissão cultural entre as gerações, ocasionando perda de identidade cultural, devido aos indivíduos mais novos se envolverem em ambições e estilos de vida anteriormente desconhecidos, ignorando as atividades realizadas pelos mais velhos” (MACHADO, 2011, p.23).

Por sua vez, Maldonado (2009) diz que a participação das comunidades no turismo é um assunto complexo e delicado. Primeiro por ser uma atividade considerada muito competitiva e internacionalizada em comunidades localizadas em regiões mais afastadas, dedicadas excepcionalmente às atividades tradicionais de sobrevivência, com poucas alternativas de rendimento. Em segundo, em função do caráter incerto do turismo, que muitas vezes mesmo representando uma oportunidade de melhorar o desenvolvimento e bem-estar das comunidades, boa parte das vezes traz efeitos negativos, muitos irreversíveis, como por exemplo, a alteração nos padrões de consumo e produção, além de ameaças às suas culturas (MALDONADO, 2009). Segundo Machado (2011), temendo esses efeitos negativos nas localidades, algumas comunidades litorâneas resistiram às pressões externas e buscaram outros caminhos para o desenvolvimento da atividade turística, dando início assim, ao TBC, onde seus espaços e tradições são valorizados.

Nos últimos anos, as comunidades litorâneas passaram a enfrentar uma nova fase, sofrendo com a especulação imobiliária, o turismo de massa e principalmente a falta de políticas públicas para, por exemplo, a educação ou a infraestrutura. Essa situação faz com as comunidades sejam desassociadas da natureza, fato contraditório, uma vez que este é o fator que garantiu a sobrevivência desses grupos até hoje.

As comunidades passam a buscar um novo modo de aparecerem, de serem divulgadas sem que saiam de seus territórios, desenvolvendo o turismo no local. Entre esses meios estão as sinalizações, em seus mais diversos conceitos. Para este trabalho, o foco foi a sinalização informativa, aquela que informa sobre



determinado local ou atrativo e, a interpretativa, sendo aquela que fornece informações sobre determinado produto e acrescenta novas experiências aos visitantes.

### 2.3 SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA

A sinalização turística como parte dos elementos que constituem a infraestrutura, é definida por Ignarra (2002) como o conjunto de elementos que instituem o transporte, saúde, educação, saneamento, moradia, entre outros considerados essenciais para a sobrevivência humana.

Quando em relação ao turismo, a infraestrutura se encontra concentrada em duas dimensões: de acesso e de recepção. Ambas auxiliam como fatores determinantes para a competitividade turística, melhorando a facilidade nos transportes, a mobilidade das pessoas e a qualidade dos serviços. Isto porque, como aponta o Ministério do Turismo (2006, p.86), “(...) à infraestrutura de acesso é relegado papel central na aproximação do turista a determinada localidade (...)” e “(...) a capacidade de receber o turista, proporcionar o máximo de conforto e segurança é objetivo de qualquer localidade turística.” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006, p. 86).

À vista disso, a infraestrutura sendo adequada, proporciona ao turismo os bens e serviços considerados necessários à sua comodidade e também ao seu prazer, o que pode promover um número maior de turistas no local (HARMATIUK, 2016). Ademais, a infraestrutura funciona como papel fundamental para o desenvolvimento da atividade turística em centros urbanos, sendo que garante melhores condições para que haja o investimento privado no setor, além de conduzir melhorias e bem estar social para as comunidades, se tornando apta para receber a atividade turística (OLIVEIRA, 2011).

Beni (1998, p.23) explica que existem dois tipos de infraestrutura, uma geral, relacionada aos elementos básicos como rede de transportes, saneamento básico, energia, comunicação, rede de transportes, energia e, outra específica, que se relaciona exclusivamente a exploração da atividade turística. Esta última, tendo uma relação intrínseca entre a infraestrutura e seu desenvolvimento, isto porque a realização de atividades turísticas também depende de dois fatores, a disponibilidade dos serviços e a expansão das infraestruturas, que deve ocorrer de

maneira eficiente e em equilíbrio com a demanda, garantindo de maneira simultânea, o equilíbrio econômico e socioambiental (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006). Nesse contexto, vê-se a infraestrutura diretamente relacionada à demanda turística e ao conjunto de serviços necessário para os visitantes, uma vez que a atividade depende do uso do espaço aonde a mesma vai se desenvolver, sendo realizada de forma consciente e visando sempre o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental (HARMATIUK, 2016).

O turismo visto como prática econômica necessita que novas formas de inclusão sejam encontradas, para que seja possível se inserir no cotidiano das comunidades de forma humilde e respeitosa. Sendo assim, uma dessas formas encontradas são a informação e interpretação, mesmo que pouca atenção seja dada ao visitante quando referente à informação sobre o lugar e seus habitantes, seus costumes, histórias e lendas. É necessário muito mais que apenas maravilhar-se com belezas naturais, monumentos históricos e edificações. A experiência do visitante deve ser otimizada, deve-se estimular o olhar, provocar curiosidade, levar o turista a conhecer toda a magia do lugar e as raízes das comunidades. Sendo exatamente isso que a tradição da interpretação do patrimônio natural e cultural sinaliza, mostrando o valor único de determinado ambiente e estabelecendo assim, uma comunicação com o visitante, ampliando seu conhecimento (MURTA; ALBANO, 2002). Ou seja, (...) visa estimular suas várias formas de olhar e apreender o que lhe é estranho. Como a experiência turística é fortemente visual, o olhar do visitante procura encontrar a singularidade do lugar, seus símbolos e significados mais marcantes (...) (MURTA; ALBANO, 2002, p.9).

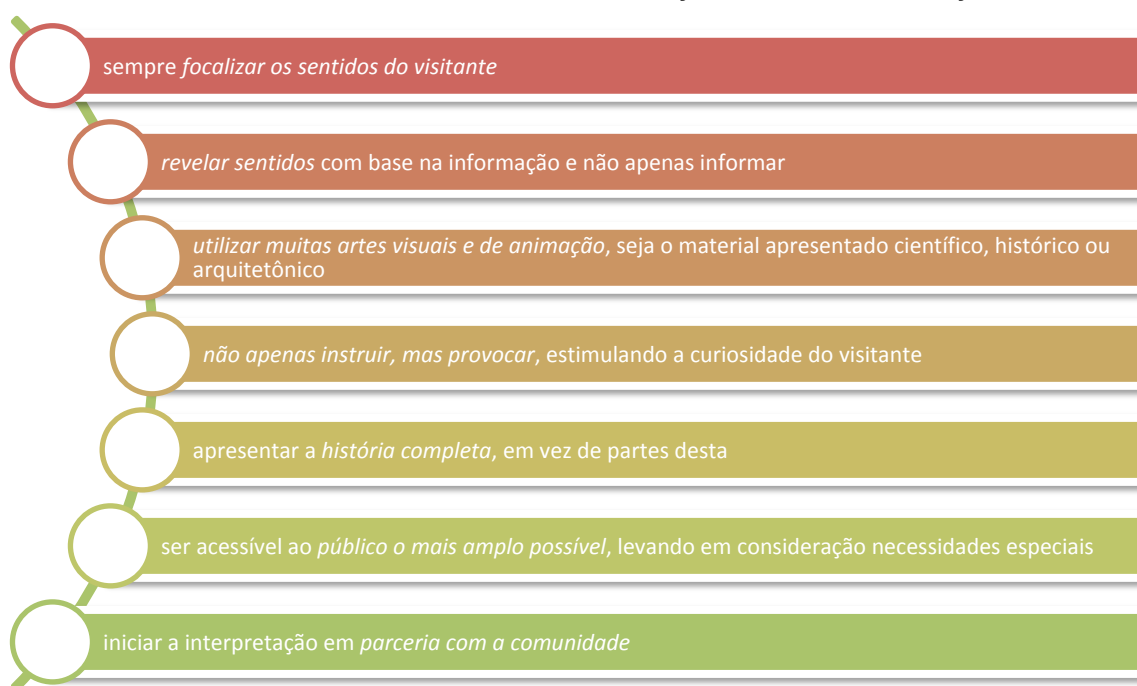
Nesse sentido, tendo a comunidade envolvida desde o início, a interpretação pode ser um poderoso aliado do desenvolvimento local sustentável. Segundo Murta e Albano (2002), além de estimular os visitantes, a interpretação pode levar também os moradores a (re)descobrir novas formas de olhar e apreciar seu lugar, valorizando e preservando o seu próprio modo de vida. Isto é, a interpretação do patrimônio cumpre dupla função de valorização, primeiro valorizando a experiência do turista, levando a uma melhor compreensão e apreciação do lugar visitado e, segundo, valorizando o próprio patrimônio, incorporando-o como atração turística (MURTA; GOODEY, 2002). Ainda para as autoras, “Interpretar o patrimônio é o processo de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características

culturais e ambientais de um lugar.” (MURTA; GOODEY, 2002, p.13).

Interpretar é mais que informar, é revelar significados, provocar emoções, estimular a curiosidade, entreter e inspirar, para que o visitante tenha novas atitudes, que propiciem experiências inesquecíveis e com qualidade. Como ressalta Tilden (apud MURTA; GOODEY, 1995, p. 20) isso é um processo, ou seja, “(...) através da interpretação, a compreensão; através da compreensão, a apreciação; através da apreciação, a proteção.”. Portanto, é um instrumento de comunicação com o morador, o visitante e o turista, tendo a escolha dos meios e técnicas mais apropriadas dependendo do lugar e do objeto a ser interpretado, além do público a quem será destinada a interpretação.

Murta e Goodey (2002) e Tilden (1967) listaram alguns princípios para nortear a implantação da interpretação que foram sumarizados na FIGURA 1:

FIGURA 1 - PRINCÍPIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO



FONTE: Murta e Goodey (2002); Tilden (1967) adaptado pela Autora (2018).

Para uso correto da sinalização interpretativa, há necessidade de realização de um planejamento interpretativo, que possa orientar a harmonia da sinalização e do desenho de placas e letreiros compatíveis com o local, sendo utilizado como estratégia de desenvolvimento para definir qual a linguagem de conservação e de orientação do fluxo de visitantes mais apropriadas. Nele, as mensagens devem ser comunicadas de forma eficaz com os usuários, para os quais o lugar, o objeto ou

coleção, o tema ou história, estão sendo interpretados. Devem, portanto, estar ligadas aos interesses, limitações e cultura da população-alvo (MURTA; GOODEY, 2002).

Segundo MURTA (2002, p.20), o projeto de sinalização da interpretação patrimonial deve prever as seguintes etapas essenciais: inventário e registro de recursos, temas e mercados; desenho e montagem da interpretação; e gestão e promoção. Após, são definidas as estratégias interpretativas, que dependem das características culturais e ambientais do lugar, dos recursos humanos e financeiros disponíveis, além do perfil do público ao qual se quer atingir. Para que sejam atingidas, são determinados então os meios e técnicas de interpretação, divididos em três: interpretação ao vivo; textos e publicações; e interpretação com base no design, este último dividido em meios estáticos de exibição e meios animados de interpretação (GOODEY, 2002). É importante ressaltar que a interpretação patrimonial deve sempre buscar o envolvimento da comunidade local.

Após a elaboração das etapas, estratégias e meios e técnicas, para uma comunicação eficaz com o usuário, a interpretação deve adotar os critérios definidos por Pennyfather (1975<sup>3</sup> citado por MURTA; GOODEY, 2002): estímulo à participação; provocação; relevância; ligações com o entorno; abordagem temática; fluxos; gráficos; realçando o ambiente; o uso do humor; e apresentação de período de tempo.

Na interpretação da comunidade local, o visitante é visto como alguém que gosta de entrar em um mundo diferente do seu e, de experimentar coisas e produtos desconhecidos, até mesmo atitudes diferentes em relação à sociedade e ao meio ambiente. Segundo Goodey (2002), as comunidades locais são vistas como instáveis, uma vez que ou elas estão em um processo de declínio populacional ou decadência econômica, ou estão prosperando. O processo de planejamento local requer um foro representativo aberto à participação de todas as pessoas da comunidade, além disso, requer um inventário do que já existe, não somente em termos de infraestrutura e de recursos financeiros, mas também em termos de potencialidades, interesses e compromissos (GOODEY, 2002).

Os locais selecionados pelas comunidades podem ser valorizados através do

---

<sup>3</sup> PENNYFATHER, K. **Guide to Countryside Interpretation, Part II: Interpretive Media and Facilities**. [S.I.]: HMSO for Countryside Commission and Countryside Commission for Scotland, 1975.

uso da interpretação, seja na forma de uma sinalização discreta, de publicações ou de eventos. Mesmo que na maioria das vezes haja uma preocupação ética com a autenticidade, é muito melhor para a comunidade que ali reside e também para os recursos frequentemente escassos, que se oriente o visitante para longe dos locais mais vulneráveis. A essência do planejamento turístico local é que a comunidade, em todos os seus segmentos, tenha consciência do seu patrimônio tanto material, quanto imaterial (GOODEY, 2002).

A sinalização, utilizada como ferramenta de organização, está entre os serviços básicos de infraestrutura no turismo, sendo imprescindível para o desenvolvimento turístico em determinada região, contribuindo sobremaneira para a valorização da localidade receptora, já que é ela quem proporciona aos visitantes uma ferramenta de comunicação fundamental para a mobilidade urbana (ROSA FILHO et al., 2014). Dentro desta perspectiva, a atividade turística necessita de informação turística, considerada um dos principais componentes responsáveis do crescimento da atividade, pois além de auxiliar e orientar no deslocamento de pessoas, influencia na interpretação do atrativo, contribuindo para o desenvolvimento turístico local (SILVA; MELO, 2012). A Sinalização de Orientação Turística é composta por placas de identificação de atrativo turístico, placas indicativas de distância e pelas placas interpretativas também (SILVA; MELO, 2012).

Esta sinalização, denominada interpretativa - utilizada por meio de painéis e placas -, auxilia na compreensão, comunicando de forma planejada os significados do patrimônio cultural e natural, fornecendo uma experiência singular ao visitante. É necessário que sejam estabelecidos critérios que determinem necessidade de cada placa, de modo que não falte informações importantes, nem haja excesso de “objetos” na área, isto porque, mesmo que a sinalização atraia visitantes, raramente eles ficam parados tempo o suficiente para ler e absorver completamente toda a informação escrita. Desse modo, é recomendável a produção e a oferta de outros meios de informação a serem articulados às várias etapas que compõem a implantação da Sinalização de Orientação Turística. De acordo com o Guia Brasileiro de Sinalização Turística (EMBRATUR; IPHAN; DENATRAN, 2001), as placas devem ser fixadas nos logradouros públicos e em locais de distribuição de fluxos, possibilitando maior interação do visitante com o lugar.

As placas devem preencher as seguintes funções: realçar a experiência do lugar; situar o usuário; direcionar os visitantes; especificar; ilustrar; reforçar temas;

contar histórias, estabelecer responsabilidades; e propostas para o futuro. Além disso, a decisão sobre o conteúdo do painel deve ser tomada lado a lado com a análise de sua possível localização, ou seja, as placas precisam causar o máximo impacto ao visitante e o mínimo impacto possível para o local. Existem três aspectos-chaves para a localização dos painéis: marcar roteiros; valorizar o local e controlar o movimento local (GOODEY, 2002).

Quanto às formas das placas e painéis, algumas questões a serem consideradas são a visibilidade; formas adequadas; tamanho; fixação; materiais, clima; vandalismo; cor e revestimento. Já quanto ao elemento interpretativo, ou seja, o que colocar no painel, é necessário alguém que entenda bem as necessidades do turista, buscando um equilíbrio com os interesses dos especialistas. Para a construção desses elementos, serão necessários observar fatores como o design; logotipo e títulos; equilíbrio entre texto e ilustração; pesquisa; níveis de leitura; e hierarquia visual (GOODEY, 2002).

Quanto à sinalização interpretativa em parques, um exemplo é o Parque da Serra do Curral, que em 2008 teve com a Prefeitura de Belo Horizonte, através da Fundação de Parques Municipais – FPM - o início da implantação do Parque da Serra do Curral. O projeto de sinalização interpretativa do parque pretendeu despertar o interesse do visitante sobre recursos ambientais e culturais preservados pelo mesmo. A sinalização enfoca a importância histórica e cultural, para a cidade e o Estado de Minas, da Serra do Curral e de alguns pontos na paisagem observados do topo da serra, além da biodiversidade protegida pelo parque. O objetivo do projeto é que os visitantes entendam não somente a importância de se preservar a Serra do Curral através de um parque, mas que possam admirar a paisagem, identificar locais familiares na massa urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH - e, dessa forma, se entender como parte dessa realidade. A sinalização promove um contato dos visitantes com a história, cultura e recursos naturais não só do parque, mas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, podendo, dessa forma, ser um instrumento de educação patrimonial que desperte nas pessoas o interesse e a preocupação pelo patrimônio local (MAFRA, 2010).

Sendo assim, a sinalização interpretativa é vista como uma forma de auxílio na compreensão e interpretação de patrimônios culturais e naturais, principalmente no âmbito do turismo, onde é valorizado o dia a dia e o saber-fazer das comunidades. Para Maldonado (2009), o patrimônio de uma comunidade é formado

por diferentes fatores como crenças, valores, conhecimentos, táticas, instrumentos, artefatos, lugares, representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis de um povo que, através deste conjunto, expressam seus modos de vida e sua cultura. O turismo de base comunitária se diferencia nas comunidades, pois promove riqueza de conhecimento e experiências para quem os usufrui.

Por estes motivos, é preciso que a visita de um turista seja muito mais do que apenas a visitação em si, guiada pelo encantamento com o atrativo. É necessário que ela seja otimizada, para que fatores como a curiosidade, o olhar e o conhecimento sejam estimulados. Entende-se assim que a sinalização interpretativa pode ser um meio, não somente para o turista, mas também para a comunidade a valorizar cada vez mais os seus costumes e o ambiente em que vive.

## 2.4 BAÍA DE GUARATUBA, AS COMUNIDADES E O GRUPO GUARAPÉS

Guaratuba está situada na porção sul do litoral paranaense (FIGURA 2) e segundo dados obtidos a partir da Prefeitura Municipal de Guaratuba (2009), localizada a 3m de altitude, com área de 1.316,51 km<sup>2</sup>, distante a 120 km de Curitiba e com população de 32 mil habitantes, segundo o último censo do IBGE (2010).

FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA



FONTE: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Guaratuba (2009).



A cidade possui um grande potencial turístico, pois além das faixas de praia, conta com paisagens e ecossistemas de relevante biodiversidade, essenciais para fins de proteção, como a baía, as serras e os morros (CONSELHO DO LITORAL, 2002). O turismo de massa da cidade tem como principal atividade o lazer e a recreação, ou melhor, o 'turismo de sol e praia' que se estende em seus 15 km de praia, desde Caieiras até a Barra do Saí, incluindo também balneários como a Prainha, localizado ao norte da baía de Guaratuba (SCHEUER, 2010). As faixas variam de 6 a 280 metros de largura, tornando as praias os maiores atrativos do turismo e principal elemento para geração de atividade econômica na temporada de verão no município (CONSELHO DO LITORAL, 2002).

FIGURA 3 – BAÍAS DE PARANAGUÁ E DE GUARATUBA



FONTE: Sampaio (2006, p.184).

O litoral paranaense abrange dois complexos estuarinos, a Baía de Paranaguá e a Baía de Guaratuba (FIGURA 3). A Baía de Paranaguá é a mais extensa do litoral do Estado, com cerca de 46 quilômetros e largura máxima de 10 quilômetros (BIGARELLA, 1946). Já a Baía de Guaratuba ou Complexo Estuarino da Baía de Guaratuba, se localiza na planície costeira do Paraná (25° 52' S, 48° 38' W), com cerca de 6.260 hectares (IBRADES, 2011), alargada por 15 quilômetros, com

largura máxima de 5 quilômetros e profundidades mínimas de 2.5 metros junto à linha de costa e acima de 20 metros na boca estuarina (MARONE; NOERNBERG; SANTOS, 2004).

A Baía pertence à APA de Guaratuba<sup>4</sup> (FIGURA 4), instituída em 1992 pelo Decreto Estadual nº 1.234, com área de aproximadamente 200 mil hectares. O norte da Baía faz limite com o Parque Nacional Saint Hilaire Lange e está em proximidade com o Mirim, bairro urbano de Guaratuba, situado no Parque Estadual do Boguaçu (CABRAL, 2015). No interior da Baía se encontram numerosos canais e ilhas, sendo margeada em quase todo o perímetro por extensos manguezais. s principais ilhas da localidade são: Ilha do Veiga, Ilha do Capinzal, Ilha do Rato, Ilha do Araçá, Ilha das Garças e Ilha da Sepultura (BRANDINI, 2008).

FIGURA 4 – LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE GUARATUBA



FONTE: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná (2018).

A Baía de Guaratuba traz consigo grandes histórias, culturas e localidades.

<sup>4</sup> Uma APA tem como objetivo principal a proteção dos ecossistemas locais e a promoção do desenvolvimento econômico e social, garantindo a qualidade de vida de sua comunidade biótica, como a fauna, flora, pessoas, solos e águas. Essas características qualificam a unidade de conservação como “instrumento de planejamento e gestão”. Levando em conta ainda os processos participativos e o sistema de gestão adotados, as APAs podem se consolidar como agências de desenvolvimento socioambiental (BRITTO, M. 2001).

Possui grande diversidade de flora, fauna, canais, ilhas e manguezais, além de diversas famílias ribeirinhas que moram na região, fazendo com que seja possível construir um modo de hospitalidade familiar e de envolvimento dos turistas com os caiçaras (GRUPO GUARAPÉS, 2017).

Essas especificidades da Baía fizeram com que em 2015 iniciasse um projeto de extensão chamado “Fortalecimento do empreendedorismo, inovação e gestão familiar para o turismo da Baía de Guaratuba”, vinculado ao Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná. O projeto tem como objetivo fortalecer a gestão familiar para o turismo, a diversificação dos produtos turísticos na Baía de Guaratuba e o fomento ao empreendedorismo local. É coordenado por Beatriz Cabral, professora do curso de Gestão de Turismo e Aline Gonçalves (vice-coordenadora), jornalista e integrante da Seção de Comunicação do Setor Litoral. Também participam do projeto voluntários e bolsistas, de diferentes cursos da Setor Litoral-UFPR. Após um ano de aproximação com as comunidades e construção de vínculos com famílias e instituições parceiras, em 2016 o projeto propôs diversas atividades de extensão ligadas ao turismo (GRUPO GUARAPÉS, 2017).

Em outubro de 2016, o curso chamado “Anfitriões da Baía de Guaratuba”, promovido também pela UFPR Litoral, fez com que se tornasse possível a criação de um grupo comunitário, o Grupo Guarapés. Este grupo tem como proposta a construção de um modelo de turismo que valorize as belezas e a cultura da região, ao mesmo tempo em que gera renda para famílias do entorno da Baía de Guaratuba (GRUPO GUARAPÉS, 2017).

Atualmente, o Grupo Guarapés é constituído por 18 pessoas, moradoras das comunidades de Prainha, Porto Passagem, Cabaraquara, Parati e Caieiras – situada do outro lado da Baía (FIGURA 5). Essas famílias trabalham para organizar roteiros turísticos que passam por esses locais, acima de tudo no período de baixa temporada, onde a interação entre visitantes e residentes é ainda mais proveitosa e os atrativos turísticos não são tão procurados, além das condições do trânsito serem melhores, o que facilita a chegada ao local (GRUPO GUARAPÉS, 2017).

O nome dado ao grupo de anfitriões foi sugerido por Marisa, moradora do Porto de Passagem e pescadora da região. “Guarapés” é um jeito que as famílias nativas se referem aos igarapés da região. São 'caminhos de água', por onde eles saem de canoa, bateira ou em barco de alumínio. Os ambientes dos 'guarapés' ligam a beira dos sítios com as águas estuarinas da Baía de Guaratuba e são

margeados por manguezais. Como em todo estuário, as águas estão em constante movimento, seguindo o ritmo de correntes e enchente da maré (GRUPO GUARAPÉS, 2017).

FIGURA 5 – LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES NA BAÍA DE GUARATUBA



FONTE: Guia Geo (2003) Adaptado da Autora (2018).

As atividades de lazer ou turísticas oferecidas pelo Grupo estão associadas principalmente à pesca esportiva, passeios com embarcações próprias (FIGURA 6 e 7), roteiros gastronômicos, visita a uma casa de farinha em funcionamento e ao cultivo de ostras (GRUPO GUARAPÉS, 2017).

A partir do levantamento prévio (Abril/2018), foi possível perceber que o município de Guaratuba apresenta diversas potencialidades para o turismo, principalmente referente ao turismo de sol de praia e o turismo de base comunitária, este último ofertado na Baía de Guaratuba, pelo Grupo Guarapés. Os atrativos se encontram dentro dos roteiros oferecidos pelas famílias, divulgados por meio de folhetos, site e facebook do Grupo Guarapés.



FIGURA 6 – PASSEIO DE CANOA NA BAÍA



FONTE: Grupo Guarapés (2018).

FIGURA 7 – PASSEIO DE BARCO PELA BAÍA DE GUARATUBA



FONTE: A Autora (2018).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo aborda os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa. As técnicas de pesquisa são classificadas pelos objetivos específicos que determinam a fonte e os instrumentos de dados, e pelos procedimentos adotados para analisar os dados coletados, como foram construídos estes instrumentos e quais os meios utilizados para sua tabulação e interpretação, conforme resumido no QUADRO 3.

QUADRO 3 - CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	FONTES DE DADOS	TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	INSTRUMENTOS DE COLETA	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS
Descrever o Turismo de Base Comunitária ofertado pelas comunidades na Baía de Guaratuba	Primária e Secundária	Pesquisa de campo (entrevista com a coordenadora do Projeto de Extensão <sup>5</sup> e famílias anfitriãs, observação direta e registro fotográfico)	Roteiro de entrevista semiestruturadas observação direta durante entrevista e registro fotográfico  Fichamento (artigos, dissertações/teses, publicações científicas) Formulário (site e documentos do projeto)	Análise qualitativa  Construção da revisão de literatura (referente à pesquisa bibliográfica)  Emparelhamento de dados
Identificar e mapear os locais e atrativos presentes nos roteiros, que necessitam de sinalização interpretativa	Primária e Secundária	Pesquisa bibliográfica e documental	Roteiro de entrevista semiestruturada, observação direta durante entrevista e registro fotográfico  Formulário (site, documentos e material promocional do Grupo Guarapés)	
Diagnosticar os elementos considerados patrimônio presentes nas comunidades	Primária	Pesquisa de campo	Observação direta durante ida a campo	
Levantar as práticas de sinalização interpretativa aplicadas ao turismo	Secundária	Pesquisa bibliográfica e documental	Fichamento (artigos, dissertações/teses, publicações científicas sobre o tema) Formulário (documentos públicos)	

FONTE: A Autora (2018).

<sup>5</sup> “Fortalecimento do empreendedorismo, inovação e gestão familiar para o turismo da Baía de Guaratuba”.

### 3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa possui abordagem qualitativa, visto que considera compreender a realidade das comunidades a partir da opinião, das necessidades ou da interlocução e comentários dos moradores ou pesquisadores locais sobre o TBC desenvolvido nas localidades e a possibilidade e importância da sinalização informativa e interpretativa.

Possui ainda um caráter exploratório-descritivo. Exploratória porque o objetivo é se aproximar do objeto de estudo, qual seja: as comunidades da Baía de Guaratuba e a atividade de TBC já existente (SANTOS, 2002). De acordo com Gil (2002, p.41), “(...) as pesquisas exploratórias têm como intuito principal familiarizar o pesquisador com o tema da sua pesquisa, para torná-lo mais explícito (...)”. Dencker (1998) aponta que a pesquisa exploratória pode ser feita através de entrevistas, comparação com exemplos semelhantes e levantamento bibliográfico. Deste modo, a exploração preliminar deste trabalho ocorreu a partir de consultas a fontes bibliográficas e documentais e pesquisas de campo (entrevistas), propiciando contato direto com as comunidades (LAKATOS; MARCONI, 2003).

O estudo também se caracteriza como descritivo, pois como explica Santos (2002, p. 27), “(...) a pesquisa descritiva é um levantamento das características conhecidas, componentes do fato, fenômeno ou processo, normalmente realizado na forma de levantamento ou observações sistemáticas.”. Nesta pesquisa foram identificados e apresentados os atrativos presentes nos roteiros ofertados pelas comunidades da Baía de Guaratuba, onde ocorre o TBC, além da observação direta durante a realização das entrevistas.

### 3.2 TÉCNICAS DE PESQUISA

A pesquisa foi dividida em duas etapas. A primeira composta por fontes secundárias oriundas da pesquisa bibliográfica para definição de conceitos, palavras-chave, e obtenção de informações sobre como o tema vem sendo estudado na literatura; e, documental, ao pesquisar documentos de caráter público e privado relativos ao Projeto Guarapés e à Baía de Guaratuba.

A segunda etapa foi composta por fontes primárias, com pesquisa de campo por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, observação direta durante a

realização das entrevistas e da visita e, registro fotográfico. Esses dados e o diálogo com a comunidade auxiliaram no mapeamento para determinar quais os atrativos que necessitam de sinalização interpretativa, bem como o interesse das comunidades em implantar um projeto de sinalização, que contemple ainda a sinalização informativa.

### 3.3 COLETA DE DADOS

Para atingir os objetivos específicos do trabalho, a coleta de dados foi caracterizada pela pesquisa em fontes bibliográficas e documentais (fontes secundárias) utilizadas para compor a revisão de literatura e para entender conceitos referentes ao TBC, às comunidades litorâneas, à sinalização interpretativa, bem como para descrever a Baía de Guaratuba e as atividades do Grupo Guarapés.

Como fonte de dados primárias, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a coordenadora do projeto de extensão e as famílias anfitriãs; observação direta durante a realização das entrevistas e a visita; e o registro fotográfico das comunidades, das atividades e dos roteiros comercializados.

#### 3.3.1 Construção do instrumento de coleta de dados

Os instrumentos de coleta de dados das fontes secundárias foram a técnica de fichamento para pesquisa bibliográfica, onde foram feitas fichas de cada um dos artigos, dissertações, teses e publicações científicas, constando o título, autor e as principais ideias relacionadas ao tema.

Também foi utilizado estruturado um formulário para coletar as informações de documentos oficiais do Grupo Guarapés, como folders (ANEXO 4), ofícios, atas, planilhas e site oficial do projeto, onde constavam informações como ano de criação, forma de criação, responsáveis, voluntários, famílias participantes, roteiros e principais períodos escolhidos para realização dos roteiros.

Como instrumentos para a coleta de dados primários foram utilizados: um roteiro de entrevista semiestruturada; um bloco para anotações de observação direta durante a entrevista; e registros fotográficos.



### 3.3.2 Processo para a construção do instrumento de coleta de dados

A primeira aplicação da pesquisa foi realizada presencialmente com as comunidades da Baía de Guaratuba, no dia 31 de julho de 2018, através de roteiro de entrevista semiestruturada (APÊNDICE 1); observação direta durante a entrevista e a visita; e o registro fotográfico da comunidade. A segunda aplicação, também presencial, foi feita no dia 27 de agosto de 2018, onde além das entrevistas realizadas com os moradores do Parati, tinha-se a ideia de entrevistar alguém da comunidade da Prainha, porém, a pessoa não se encontrava em sua residência, impossibilitando que esta entrevista fosse realizada.

Durante o roteiro de entrevistas, primeiro foram feitas perguntas sobre as comunidades e de que modo se dá o TBC desenvolvido. Posteriormente foram questionados sobre a sinalização interpretativa e como esse meio de infraestrutura pode ajudar o TBC, além dos principais locais e atrativos que necessitam da implantação dessa sinalização e quais os principais elementos que realçam a história de cada um. Essas entrevistas atenderam não somente atenderam os objetivos da pesquisa, mas conduziu para um melhor conhecimento sobre o local pesquisado, trazendo primeiro uma base do local, para depois a implantação.

Para a realização das entrevistas foi necessário o acompanhamento de alguém da comunidade, o Gedivaldo, para levar às casas das famílias, visto a dificuldade de se situar na localidade, além de ser mediador entre a pesquisadora e as famílias, gerando assim, menos desconfiança por parte dos entrevistados.

Foram realizadas oito entrevistas (QUADRO 4), com o Seu Aroldo (1a entrevista), Dona Flor (2a) e Belém (5a) - moradores de Cabaraquara, Gedivaldo (3a), Nelsinho (6a) e Aurora (7a) - de Parati e Seu Belha (4a) - de Caieiras. As entrevistas foram presenciais, com duração entre 30 a 40 minutos e foram realizadas tanto com pessoas consideradas líderes das comunidades, bem como aquelas envolvidas no grupo, mas que não apresentam nenhuma liderança. A professora Beatriz Leite Ferreira Cabral, coordenadora do curso Gestão de Turismo da UFPR Litoral, foi entrevistada por meio de áudio do aplicativo WhatsApp, com duração de 12 minutos, visto a indisponibilidade de encontra-la pessoalmente.

As entrevistas presenciais foram efetuadas durante conversas com os moradores, possibilitando além das questões pré-definidas no roteiro, depoimentos e histórias orais de vida dos moradores. Por ser um roteiro semiestruturado as

questões pré-definidas não foram limitadas, não existindo uma ordem correta, o que permitiu, quando necessário, que outras perguntas fossem realizadas no decorrer da conversa. Sendo assim, foi possível observar a necessidade de alteração de algumas perguntas, além de algumas serem refeitas, por falta de entendimento de alguns moradores. Observou-se também que a maioria dos entrevistados tinha dificuldade em articular algumas ideias e transformá-las em palavras. Para a análise e interpretação das entrevistas, as respostas foram transcritas e analisadas de acordo com os objetivos específicos da pesquisa.

QUADRO 4 - RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS<sup>6</sup>

ENTREVISTADO	COMUNIDADE	PRINCIPAL ATIVIDADE	LIGAÇÃO COM TURISMO
Entrevistado A (Seu Aroldo)	Cabaraquara	Canoa de um pau só	Roteiro da canoa de um pau só
Entrevistada F (Dona Flor)	Cabaraquara	Trabalha no late Clube Caiobá	Condutora local
Entrevistado V (Gedivaldo)	Parati	Chacreiro	Barqueiro e condutor local
Entrevistado H (Seu Belha)	Caieiras	Pesca artesanal e produção de tarrafas	Pesca artesanal e produção de tarrafas
Entrevistado B (Belém)	Cabaraquara	Mariscultor	Barqueiro e mariscultor
Entrevistada R (Dona Aurora)	Parati	Mercearia/hospedagem /especialista em culinária caiçara	Mercearia/hospedagem/ especialista em culinária caiçara
Entrevistado N (Nelsinho)	Parati	Jardineiro	Barqueiro e condutor local
Prof.a Beatriz	UFPR Litoral	Professora do curso Gestão de Turismo – UFPR Litoral	Coordenadora do curso Gestão de Turismo – UFPR Litoral, entre outros projetos de extensão vinculados ao turismo

FONTE: A Autora (2018).

Durante as entrevistas também foram feitas anotações de observação sistemática, já que as questões pré-definidas não foram limitadas, permitindo observar principalmente o desenrolar dos entrevistados durante o roteiro de entrevista, como a dificuldade no entendimento de algumas perguntas e também de articular ideias e transformá-las em palavras.

<sup>6</sup> A autorização para colocar o nome dos entrevistados no trabalho se deu por meio de ligações, mensagem (SMS) e mensagem por meio do aplicativo WhatsApp.

Os registros fotográficos foram realizados também no período de Julho e Agosto/2018, durante visita às comunidades, onde foram registrados alguns dos locais onde são oferecidos os roteiros e as demais atividades realizadas pelas comunidades.

### 3.3.3 Tabulação e interpretação dos dados

A estratégia utilizada para tabulação de dados foi o emparelhamento, que consiste em emparelhar ou em associar os dados recolhidos a um modelo teórico com a finalidade de compara-los (LAVILLE; DIONNE, 1999). Essa estratégia supõe a presença de uma teoria sobre a qual o pesquisador apoia-se para imaginar um modelo do fenômeno ou da situação em estudo (LAVILLE; DIONNE, 1999). Nesta pesquisa foi à luz da revisão de literatura que foram verificados a correspondência às asserções teóricas apresentadas por estudos anteriores e a situação observável nas comunidades da Baía de Guaratuba, comparando seu modelo lógico ao que aparece nos conteúdos e objetos de sua análise (LAVILLE; DIONNE, 1999).

## 3.4 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Este projeto foi desenvolvido em duas fases, conforme as atividades apresentadas nos quadros 5 e 6 a seguir.

QUADRO 5 - PROJETO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM TURISMO I

Atividade/Mês	Mar	Abr	Maio	Jun
Apresentação do Plano de pesquisa preliminar	X			
Construção do Marco Teórico		X	X	
Aproximação ao campo (primeira visita) e contato com Projeto Guarapés		X		
Definição dos instrumentos de coleta de dados		X	X	
Pré teste dos instrumentos de coleta de dados				X
Banca de qualificação				X

FONTE: A Autora (2018).

QUADRO 6 - PROJETO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM TURISMO II

<b>Atividade/Mês</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>
Visita às comunidades para aplicação da pesquisa	<b>X</b>	<b>X</b>			
Análise e interpretação dos resultados da pesquisa	<b>X</b>	<b>X</b>			
Elaboração do projeto de turismo			<b>X</b>	<b>X</b>	
Considerações finais				<b>X</b>	
Revisão				<b>X</b>	
Banca de defesa					<b>X</b>

FONTE: A Autora (2018).

## 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa de campo permitiu a compreensão a partir das entrevistas com a população local, de como ocorre o funcionamento do TBC ofertado pelo Grupo Guarapés na Baía de Guaratuba. Assim foi possível a identificação dos locais e atrativos presentes nos roteiros e nas comunidades e, o diagnóstico de quais os elementos considerados patrimônio que estão presentes nas comunidades. Destacando também o valor que se tem quanto ao local e o resguardo desse patrimônio, contando com a participação da comunidade, sendo salientado aquilo que é percebido como significativo, como o que torna o lugar único.

Além disso, foi possível identificar outros projetos relacionados ao turismo na Baía de Guaratuba, como o projeto de extensão “Fortalecimento do empreendedorismo, inovação e gestão familiar, para o turismo da Baía de Guaratuba”, o curso chamado “Anfitriões da Baía de Guaratuba”, que deu início a criação do Grupo Guarapés, o evento “Bike + Canoa”, que abriu a temporada de turismo do Grupo Guarapés, entre outros.

### 4.1 O TBC NA BAÍA DE GUARATUBA

A comunidade do Cabaraquara, localizada na estrada que segue após o *ferryboat* de Matinhos, recebe muitos turistas na alta temporada, mas a grande maioria não vai com o intuito de visitar as comunidades e sim por conta da gastronomia, já que a região é famosa pelos restaurantes que oferecem frutos do mar (FIGURA 8), sendo conhecida pelo caminho das ostras. Mesmo esta região possuindo diversos restaurantes (FIGURA 8), a própria comunidade que se encontra localizada ali há anos, não se beneficia com este turismo, uma vez que os donos da maioria dos empreendimentos não são das comunidades e sim de cidades como Brasília/DF e São Paulo/SP (ENTREVISTADA F).

Ao chegar à comunidade de Cabaraquara, Seu Aroldo conta um pouco da história da comunidade, onde recorda as atividades realizadas antigamente, quando trabalhavam na roça e plantavam aipim, batata, feijão, arroz, farinha, e, cada família possuía um moinho, onde podiam produzir e vender. Dona Flor também recorda que não muito tempo atrás era possível vender banana, arroz e farinha. Os moradores

pescavam para comer, tinham criação de porco, gado, galinha e também caçavam. Assim, como descrito na pesquisa de Cunha, Rougelle e Behr (2004), onde foi possível constatar que ainda hoje as comunidades que integram o litoral paranaense possuem uma interação direta com a natureza, se desenvolvendo com certo grau de autossuficiência e laços vulneráveis com o mundo externo.

FIGURA 8 - PLACAS INDICATIVAS DE RESTAURANTES DE FRUTOS DO MAR NA COMUNIDADE DE CABARAQUARA



FONTE: A Autora (2018).

Segundo o Seu Aroldo, a comunidade de Cabaraquara cresceu muito, tendo muito mais moradores atualmente do que no passado, quando eram em apenas oito casas. Uma explicação possível é o que retrata Ferreira (2010), no seu estudo sobre as comunidades rurais de Guaratuba/PR, em que relata que o número de famílias nas comunidades é superior ao número de propriedades em função dos filhos que se casam e constroem suas casas na mesma propriedade dos pais. Para o entrevistado A, atualmente a comunidade conta com cerca de cem famílias e, setenta pessoas segundo o Belém. Na comunidade do Parati, o Gedivaldo contou que vivem cerca de 25 pessoas, correspondente as falas de Dona Flor e Nelsinho, que citaram entre 20 e 25 pessoas.

Já na de Caieiras, são em torno de 500 pessoas (entrevistado H), sendo a

maior comunidade do grupo, além de ser a mais estruturada tanto para os turistas quanto para os moradores, na maioria dos aspectos, possuindo locais para alimentação, área de banho, pontos turísticos e sinalização indicativa no começo da sua estrada. Com base na visita e na observação feita, acredita-se que a existência de infraestrutura se deva à comunidade estar no lado mais movimentado do *ferryboat* (de Guaratuba), por possuir placa de identificação na entrada da comunidade e até mesmo pela quantidade de moradores.

Quando questionados sobre as principais atividades realizadas no dia a dia da comunidade, que não estivessem vinculadas ao TBC, os entrevistados (A, F, V, H e B) comentaram sobre a dificuldade de continuarem realizando as atividades relacionadas ao seu modo de vida, como o extrativismo. Essa prática é uma atividade de subsistência para as comunidades, representando mais da metade de suas rendas familiares, como explicitado por Belcher (2005) em seu estudo sobre as implicações para a subsistência e conservação no uso e manejo de produtos florestais não-madeireiros.

FIGURA 9 - CANOA FEITA DE UM PAU SÓ



FONTE: A Autora (2018).

Atualmente, as famílias não podem mais plantar em seus quintais, apenas pescadores registrados e com documentação podem pescar e, não é permitido

derrubar árvores independente do uso ou destinação. Este fato se tornou um problema para o Seu Aroldo, conhecido por oferecer o roteiro da canoa de um pau só (FIGURA 9). Hoje ele só pode fazer a canoa se pedir permissão para o IAP, órgão gestor do local. Um dos entrevistados contou que nessa época não são realizadas atividades no dia a dia, pois ninguém mais tem roça, com exceção de apenas um morador. Ele reforça que o pessoal do meio ambiente (IAP) não permite eles fazerem mais nada. A pesca é só pra quem tem documentação e registro como pescador, independente de ser para subsistência ou para venda.

Assim, e adicionalmente ao explicitado pela Dona Flor, percebeu-se que a ideia do TBC não ocorre por opção dos moradores e sim por necessidade. A proibição para não realizar as atividades extrativistas, que poderiam servir como fonte de renda, fundamenta-se na Lei Federal do SNUC (Brasil, 2000) uma vez que a Baía de Guaratuba se encontra em uma Unidade de Conservação da Natureza de Uso Sustentável, e é considerada uma APA (Área de Proteção Ambiental). A administração e gestão da área pertencem ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP)<sup>7</sup> e, a partir do Plano de Manejo instituído em 2003 preconiza que a Baía “tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.” (PLANO DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUARATUBA, 2006).

Segundo o SNUC (2000), a conservação se dá pelo uso direto dos recursos naturais, com manejo, nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável e pelo uso indireto, através do turismo ordenado e da educação e pesquisa científica nas Unidades de Conservação de Proteção Integral. No caso do PARNA Saint-Hilaire/Lange a lógica adotada foi da conservação com o mínimo de interferência possível, já que o parque é uma categoria de Proteção Integral.


Na figura 10, do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba (2006), é possível ver qual a caracterização da Zona de Conservação C11 – Parati, que diz respeito às comunidades do Parati, Cabaraquara, Sertãozinho, Tabuleiro e Prainha, onde constam os objetivos específicos e as atividades que são permitidas ou proibidas na localidade:

---

<sup>7</sup> O Instituto Ambiental do Paraná é uma autarquia instituída em 1992, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMA) e tem como missão proteger, preservar, conservar, controlar e recuperar o patrimônio ambiental, buscando melhor qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável com a participação da sociedade (IAP, 2013).



FIGURA 10 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DA APA DE GUARATUBA, ZONA DE CONSERVAÇÃO C11 - PARATI

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DA APA DE GUARATUBA					
UNIDADE DE GESTÃO BAÍA DE GUARATUBA	MUNICÍPIO DE GUARATUBA				
ZONA DE CONSERVAÇÃO C11 – PARATI	COMUNIDADES: PARATI, CABARAQUARA, SERTÃOZINHO E TABULEIRO E PRAINHA				
CARACTERIZAÇÃO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PERMITIDO	INDICAÇÕES DE USO		INSTITUIÇÕES GESTORAS/ ENVOLVIDAS
<p><b>Características Ambientais:</b> Região limítrofe entre o Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange e os manguezais da Baía de Guaratuba. Geologicamente predominam os sedimentos recentes, argilo-siltosos-arenosos paleoestuarinos com argilas, silte, areias e seixos, depósitos de colúvios do Período Quaternário no Holoceno. Ocorrem os solos hidromórficos (gleissolos) nas áreas de planície e cambissolos argilosos no início das montanhas. A cobertura vegetal é Florestas na Fase Intermediária de Sucessão e na Fase Inicial de sucessão.</p> <p><b>Características Socioeconômicas:</b> Ocupação antrópica relativamente significativa: 5 a 15 hab/km²; decréscimo populacional observado no período 1991-1996. Pequenas propriedades com agricultura familiar. Uso de transporte em embarcações de pequeno porte. Ocorrência de invasões em Parati; Cabaraquara, Sertãozinho e Tabuleiro provocando supressão da vegetação sem controle e licenciamento. Região de grande beleza cênica e de visitação turística acentuada e sem controle.</p> <p><b>Patrimônio Histórico e Arqueológico:</b> A região possui grande potencial para ocorrência de sítios indígenas líticos e cerâmicos nas proximidades de rios e córregos, em áreas planas, encostas suaves, topos de morros e colinas. Para os sítios arqueológicos históricos, as áreas mais suscetíveis encontram-se nos arredores de caminhos histórico-coloniais e antigos atracadouros, com elevado potencial para sambaquis nas proximidades da Baía de Guaratuba. Há também uma provável perturbação de sítios arqueológicos pelo uso e ocupação do solo, notadamente nas proximidades dos rios principais e pela visitação não ordenada próximo ao sambaqui do Salto Parati e nas ruínas históricas</p> <p><b>Conflitos:</b> Estão associados à práticas esportivas como o jet-ski e moto-cross.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ordenar o uso compatibilizando com a conservação da baía de Guaratuba e seus manguezais, com o entorno do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange e os sítios arqueológicos;</li> <li>- Ordenar o turismo local;</li> <li>- Preservar os sítios arqueológicos favorecendo a pesquisa científica o estudo e a educação;</li> <li>- Incentivar a produção de artesanato.</li> </ul> <p><b>DIRETRIZES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estimular o turismo de baixo impacto ambiental;</li> <li>- Promover alternativas econômicas para as comunidades locais, com base na valorização do Patrimônio Cultural e Ambiental da APA;</li> <li>- Elaborar plano básico de conservação de sambaquis contendo ações concisas (evitar, impedir, detectar, atuar e recuperar) para a proteção desses sítios;</li> <li>- Promover o estudo dos revestimentos vegetais compatíveis com a adequada conservação do sambaqui do Parati;</li> <li>- Controlar a pesca amadora;</li> <li>- Minimizar a poluição sonora;</li> <li>- Proibir as atividades de moto-cross.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agropecuária familiar;</li> <li>- Sistemas agroflorestais com espécies nativas;</li> <li>- Atividades turísticas e de recreação de baixo impacto ambiental.</li> </ul>	<p><b>PERMISSIVEL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Serviços vicinais;</li> <li>- Comércio de pequeno e médio porte;</li> <li>- Habitações unifamiliares, coletivas e multifamiliares;</li> <li>- Agroindústria de pequeno e médio porte;</li> <li>- Sistemas agroflorestais com espécies exóticas não invasoras;</li> <li>- Infra-estrutura turística de baixo impacto ambiental;</li> <li>- Comunitário 1 e 2.</li> </ul>	<p><b>PROIBIDO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mineração;</li> <li>- Agropecuária comercial;</li> <li>- Comércio de grande porte;</li> <li>- Indústria potencialmente poluidora;</li> <li>- Reflorestamento e Sistemas agroflorestais com espécies exóticas invasoras;</li> <li>- Atividades esportivas de alto impacto;</li> <li>- Ocupação sobre sambaquis (atividades agropastoris, infra-estrutura rural);</li> <li>- Uso de jet-ski nos rios;</li> <li>- Comunitário 3;</li> <li>- Infra-estrutura turística de alto impacto ambiental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IAG-Instituto Ambiental de Guaratuba;</li> <li>- IAP-Instituto Ambiental do Paraná;</li> <li>- IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;</li> <li>- Prefeitura Municipal;</li> <li>- Batalhão da Polícia Ambiental Força Verde;</li> <li>- Capitania dos Portos;</li> <li>- DER-Departamento de Estradas e Rodagem.</li> </ul> <p><b>PARCEIROS POTENCIAIS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;</li> <li>- Empresários do setor de turismo;</li> <li>- ONGs;</li> <li>- Universidades;</li> <li>- Associação dos Moradores.</li> </ul> 

FONTE: Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba (2006) Adaptado pela Autora (2018).

Por conta desta realidade, existem uma série de regras e sanções aplicadas à área, o que torna o turismo uma das únicas opções econômicas diante das regras ambientais das Unidades de Conservação (UC) <sup>8</sup>. Apesar de constar como instituição gestora envolvida no Plano de Manejo da APA de Guaratuba, não foi possível encontrar muitas informações a respeito do Instituto Ambiental de Guaratuba (IAG). Sabe-se apenas que a estrutura organizacional básica do Poder Executivo do Município de Guaratuba compreende o Instituto Ambiental de Guaratuba, como ente descentralizado e órgão autônomo, de administração indireta.

O Nelsinho, barqueiro (FIGURA 11) e condutor local, fala que no Parati, as atividades do dia a dia ficam na base da pesca, como a maioria das comunidades e, a limpeza de chácaras e jardinagem. Desse modo a atividade turística ganhou papel de destaque para a manutenção e permanência das comunidades. De forma geral, essa situação trouxe (ou impôs) o entendimento de que o turismo não atrapalha a comunidade, trazendo somente benefícios e ocasionando maior visibilidade e união

<sup>8</sup> UC são áreas naturais criadas primordialmente para proteção e conservação da biodiversidade, com categorias e objetivos específicos, desde uma perspectiva de proteção integral da natureza, permitindo apenas usos indiretos (como turismo, pesquisa e educação ambiental) até uma perspectiva de uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais pela população local (SNUC 2000).

dos moradores das comunidades (segundo os entrevistados A; F; V; H; B, R). Nas palavras do entrevistado B, a Baía de Guaratuba “(...) é um local com potencial. O turismo é o que vai falar mais alto porque ninguém vai conseguir plantar roça. Continuar morando no mesmo lugar e ter fonte de renda.”.

FIGURA 11 - BARQUEIRO E CONDUTOR LOCAL



FONTE: A Autora (2018).

Para a professora Beatriz Cabral, diferente do pensamento dos entrevistados, a opção por implantar o TBC nas comunidades da Baía surgiu como uma proposta para a melhoria na organização das comunidades, sem ter a ver necessariamente com o plano de manejo da APA, ou seja, para ela, o plano influenciou indiretamente, mas não foi o norteador das ações. Ainda assim ele acabou por reforçar as propostas de um turismo que fosse menos impactante do que o turismo de massa.

Sendo assim, mesmo com o pensamento que surgiu após a realização das entrevistas com as comunidades, de que o TBC apareceu como uma necessidade, sendo a única possibilidade de permanecerem nas comunidades, em suas falas os moradores demonstraram gostar de trabalhar com os turistas. Contudo, ao fazer perguntas a respeito de quem participa do TBC ofertado pelo Grupo Guarapés, foi possível compreender que são poucas as pessoas das comunidades que atuam diretamente com a atividade. Na comunidade de Cabaraquara são sete pessoas (segundo os entrevistados A; F; B), em Parati quatro (segundo os entrevistados R; N) e Caieiras são apenas três (segundo os entrevistados A; H), mesmo sendo a

maior comunidade. Todos os entrevistados afirmaram que a comunidade discute sobre o TBC em coletivo, fazendo reuniões a cada um ou dois meses, porém destacaram que há tempos que essas reuniões não acontecem.

FIGURA 12 - PRODUÇÃO DE TARRAFA



FONTE: A Autora (2018).

Impossibilitados de realizar as atividades extrativistas, muitos dos membros das famílias dos entrevistados passaram a trabalhar no late Clube de Caiobá - Sede Ponta do Morro, e segundo o Seu Aroldo “(...) o iate foi uma benção, trouxe trabalho tanto pras comunidades, como para toda a população de Guaratuba. Umas 150 pessoas do litoral inteiro trabalham lá, a maioria de Guaratuba (...)”. Apenas do Cabaraquara trabalham aproximadamente 25 pessoas, as mulheres em sua maioria nos restaurantes, além de barqueiros, jardineiros, entre outras áreas (ENTREVISTADO A).

A Dona Flor, que também trabalha no late Club de Caiobá - Sede Ponta do Morro, conta que no dia a dia o marido faz tarrafa, rede e aluguel de barco. Gedivaldo e Dona Aurora contaram que no Parati as atividades que restaram foram a pesca e a agricultura de subsistência. Em Caieiras restou a pesca esportiva, a produção de tarrafas (FIGURA 12) e a venda de produtos nativos, como peixe,



camarão, ostra, marisco, entre outros (segundo o entrevistado H). O entrevistado B, que trabalha com a produção e venda de ostras (FIGURA 13), afirma que as principais atividades giram em torno da pesca e, hoje os moradores também possuem empregos externos e na construção civil.

FIGURA 13 - PRODUÇÃO DE OSTRAS



FONTE: A Autora (2018).

Mellingner (2013), em sua tese “Processos decisórios na gestão dos bens naturais comuns: participação democrática, hibridismos e invisibilidades”, com enfoque na Baía de Guaratuba, disserta sobre a terra ser vista como patrimônio e que mesmo dividida entre familiares, tem o valor de agregar, de permanência, de união. É vista como um local de reprodução social, onde é passada de pai para filho, ou seja, a própria comunidade é patrimônio. A autora também relata que durante a pesquisa de campo observou-se que as atividades do dia a dia das comunidades também fazem parte do patrimônio, já que se incluem como rotina das comunidades litorâneas, atividades estas como a pesca, rede, tarrafa, canoa, entre outras.

De forma geral e apesar de direcionados a atuar com o turismo, os moradores concordam que o TBC trouxe uma alternativa de fonte de renda, e a oportunidade de mais aprendizado e valorização de seus modos de vida, e a possibilidade de conhecer novos lugares e fazer novas amizades<sup>9</sup> (segundo os entrevistados F e V). Para a professora Beatriz Cabral, o TBC é um turismo organizado pela comunidade local, com o diferencial da hospitalidade, onde apresenta para o turista uma

---

<sup>9</sup> Quando questionados sobre o TBC, alguns entrevistados remetem diretamente ao Grupo Guarapés, onde diversas atividades foram proporcionadas a eles. Tiveram muitas oportunidades de viajar a vários locais e conheceram diversas pessoas.

experiência autêntica de relação com a cultura e o local visitado, a partir do olhar e da perspectiva do morador, em uma relação horizontal, sendo aquela em que o anfitrião deixa de ser apenas um prestador de serviço. O TBC promove e valoriza a cultura, o modo de vida, é alternativa de renda e cria laços de amizade, que podem perpetuar ao tempo superior da viagem.

Com efeito, os moradores entrevistados construíram um entendimento coletivo do TBC, destacando o trabalho em grupo, a ideia de que o turismo veio para agregar e se tornar alternativa de renda para as comunidades. Segundo o entrevistado B, o TBC:

É o turismo onde a gente recebe o visitante, pode levar ele pra conhecer tanto a baía como a cascata, a trilha. Onde posso levar o pessoal para passear, mas estar apontando outra pessoa.<sup>10</sup> Onde pode comer em outro lugar, comprar uma farinha, um artesanato... Fazer uma cadeia, apontar ao turista o restante da comunidade. Não adianta levar o pessoal para passear e não mostrar a comunidade. O pessoal fica interessado.

Quanto às atividades ofertadas pelas famílias quando referente ao TBC, os entrevistados Seu Aroldo, Dona Flor, Gedivaldo, Belha e Belém relataram que são oferecidos:

- passeios de canoa;
- passeios para ver revoada de guarás;
- visita a sambaquis;
- pesca esportiva;
- trilhas;
- oficina de como se faz uma canoa com um pau só;
- oficina de produção de tarrafa;
- venda de artesanato;
- venda de produtos nativos;
- visita à criação de abelhas nativas;
- visita e participação na produção de caldo de cana;
- passeios pela Baía de Guaratuba (ANEXO 1), pela cachoeira Salto do Parati e por rios e manguezais;
- e almoço, incluso em todos os roteiros.

---

<sup>10</sup> Por se tratar do Turismo de Base Comunitária, é necessário que a pessoa que esteja conduzindo o turista possa apontar outras pessoas além de si mesmo, mostrando que cada um faz um pouco. Não se trata de uma atividade baseada no individualismo e sim, do senso de coletividade.

A Dona Aurora, oferece almoço (FIGURAS 14 e 15), hospedagem, área para camping e uma mercearia, com o mínimo necessário para a comunidade, uma vez que o Parati fica há 7 km do Cabaraquara, a comunidade mais próxima.

FIGURA 14 - ALMOÇO CASEIRO NO RESTAURANTE DA DONA AURORA



FONTE: A Autora (2018).

FIGURA 15 - PROPRIEDADE DA DONA AURORA



FONTE: A Autora (2018).

## 4.2 SINALIZAÇÃO NAS COMUNIDADES

A respeito da sinalização, objeto de estudo deste trabalho, notou-se que todos os entrevistados são a favor da implantação de placas interpretativas, mesmo a sua grande maioria não tendo total entendimento do que são<sup>11</sup>. Quando questionados sobre o que entendiam como sinalização, apresentavam conhecimento sobre sinalização informativa, turística e de indicação. Ainda que não compreendendo corretamente a sinalização interpretativa, afirmaram que as placas podem melhorar o desenvolvimento turístico das comunidades, ocasionando numa maior propagação, já que atualmente esta ocorre por divulgação boca a boca (segundo os entrevistados A e F). Ou seja, em seus entendimentos, as placas são relacionadas à divulgação, e nesse caso poderiam divulgar o Grupo e os atrativos, trazendo cada vez mais fluxo de turistas. Para eles, as placas mostram o que as comunidades têm a oferecer e as pessoas precisam da informação, pois é isto que elas buscam (segundo os entrevistados V, H e B).

Observando estas afirmações, fica perceptível a correlação com as considerações de Murta e Albano (2002 p. 10), quando expressam sobre o principal foco da interpretação, que é justamente conceber uma comunicação efetiva com aquele que visita o local e também a importância da preservação do patrimônio e o desenvolvimento das comunidades locais.

A professora Beatriz Cabral também afirma a importância da implantação de placas, que contribuiriam para dar visibilidade aos atrativos, comunicando informações que muitas vezes os anfitriões não conseguem organizar. Ainda para a entrevistada, as informações das placas devem constar de forma espontânea, agregando valor e constituindo imagens que os anfitriões nem sempre têm em posse. Também contribui para conduzir que o visitante tenha uma certa postura no local, tratando os anfitriões com devido respeito, uma vez que só se tem respeito quando temos o conhecimento da importância da pessoa, atividade ou local, têm para a cultura local. Ou seja, a sinalização interpretativa coopera para gerar informação, comunicar e valorizar ainda mais os atrativos da região.

Apenas dois dos entrevistados (V e H) relataram ter conhecimento sobre

---

<sup>11</sup> Segundo os entrevistados, eles sabem o que é este tipo de sinalização por conta explicação da professora Beatriz Cabral, mas não entendem a sinalização por esse nome. Tendo necessidade de uma nova explicação do conceito.



algum caso onde a sinalização beneficiou a comunidade e ambos citaram a comunidade de Caieiras, localizada do outro lado da Baía, que tinha placas, mas foram depredadas. A professora Beatriz Cabral citou locais como Mamirauá/AM e a Prainha do Canto Verde/CE e, enfatizou que a sinalização interpretativa não é o forte dos destinos de TBC, ainda sendo necessário melhorar a estrutura de comunicação em marketing.

Segundo os entrevistados e, entre a comunidade já havia sido visto como possibilidade, há mais necessidade de placas mostrando a existência do grupo, do que dos atrativos ofertados, placas que possam contar a história do grupo e das comunidades. Isto tornou possível notar que as famílias possuem uma forte noção do senso de coletividade que é o TBC, como já foi mencionado neste artigo por Irving (2009), onde relata que o TBC favorece a coesão, o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e, também por Sampaio e Zamignan (2011), quando ressaltam que o foco do TBC é o coletivo, pois engloba toda a comunidade.

FIGURA 16 - PLACA INFORMATIVA DO CABARAQUARA



FONTE: A Autora (2018).



Como a ideia dos moradores é principalmente a divulgação do TBC assim, seriam implantadas essas placas em locais com maior visibilidade, como a da estrada do Cabaraquara (casa do Aroldo), no *ferryboat* de Matinhos, na comunidade de Caieiras (casa do Belha), na casa do Belém – onde muitos visitantes vão comprar ostras – e no Parati, comunidade conhecida e visitada principalmente pela cachoeira. Durante a visita notou-se que o Cabaraquara e a Prainha possuem placas informativas das comunidades (FIGURA 16 e 17).

FIGURA 17 - PLACA INFORMATIVA DA PRAINHA



FONTE: A Autora (2018).

Segundo a professora Beatriz Cabral, a necessidade de implantar placas informativas, com informações do grupo, não vem apenas como meio de divulgação para visitantes do local, para fins turísticos, mas para a própria comunidade, pois os vizinhos dos anfitriões muitas vezes não conhecem o Grupo Guarapés. A professora

ressalta que as placas informativas surgem como forma de afirmação para as comunidades, da existência de uma cultura diferenciada, valorização e reconhecimento da cultura local.

Já os atrativos que necessitam de placas, estão segundo eles: em Cabaraquara onde é feita a canoa de um pau só e em Caieiras para divulgar a pesca, o canto da praia, o canto da igreja e o mercado comunitário (segundo os entrevistados A, F, V, H e B). As placas poderiam conter um pouco da história dos atrativos, com pouca informação, de modo que possa chamar a atenção e proporcionar ao visitante a possibilidade de compreender e apreciar o atrativo, mais do que apenas a pura observação, assim o turista pode procurar alguém do grupo caso se interesse mais (segundo o entrevistado H). Segundo a professora Beatriz Cabral, os atrativos que necessitam da sinalização interpretativa são todos aqueles que fazem parte dos roteiros, em questões que são necessárias, para que tenham um incremento, como por exemplo, questões vinculadas ao ambiente, como manguezais, sambaquis (ANEXO 2), pesca, artesanato, extrativismo e a própria Baía.

Ainda para a professora, as placas destes atrativos devem conter informações como histórias da região, modos de vida, comidas típicas, questões do passado que tenham a ver com a peculiaridade da região, o que é um estuário, histórias dos morros e também atividades que já não são mais praticadas, realmente despertando a curiosidade daquele que as leem. Ela realça ainda que para atender ao caráter do Turismo de Base Comunitária, a comunicação deve passar por argumentos técnicos, pela linguagem dos anfítrões, de modo dialógico, como uma conversa de forma simples e espontânea. Bem como Moraes (2010, p.176) que relata que ao planejar este tipo de comunicação interpretativa, o objetivo é “proporcionar ao visitante a possibilidade de compreender, apreciar e vincular-se com o patrimônio cultural de maneira muito mais significativa que a pura observação de um cenário ou objeto.”.

No Parati, a Dona Aurora fala sobre a importância de placas de indicação da própria comunidade, dos atrativos e das placas de interpretação também. Além disso, destaca a importância de placas de aviso, pois tanto no Salto do Parati (FIGURA 18), como no rio que permeia a comunidade do Parati, acontecem acidentes. No caso do rio, principalmente no verão, quando barcos e jet skis colidem ou até mesmo atropelam os banhistas, por conta das inúmeras curvas. O

entrevistado N destaca a importância de placas no Porto (FIGURA 19), local da chegada do barco na comunidade do Parati.

FIGURA 18 - SALTO DO PARATI



FONTE: Grupo Guarapés (2018).

FIGURA 19 - PORTO DE CHEGADA NA COMUNIDADE DO PARATI



FONTE: A Autora (2018).

Para o entrevistado B, que trabalha com a produção e venda de ostras, nesse caso em particular “(...) não tem o porquê focar tanto em cima das ostras, porque já tem muita informação em cima disso, mas sim mostrar o TBC, que oferece outras coisas diferentes.”, isto pois a estrada do Cabaraquara é conhecida pela gastronomia de frutos do mar, que inclui também a visitação à sambaquis, como é o caso da propriedade do entrevistado. Para a Dona Flor, “(...) as placas tem que ter informações do que tem para ver ali, que tem turismo, além dos restaurantes.”.

Por meio dessa análise de dados, foi possível criar o projeto de sinalização interpretativa, onde conta ainda com sinalização informativa também, devido à preocupação da comunidade com a divulgação do Grupo Guarapés.

## 5 SINALIZA GUARAPÉS

Diante da pesquisa bibliográfica e da análise de dados obtidos durante a pesquisa, principalmente durante a pesquisa de campo, o projeto se justifica, portanto, na necessidade da implantação de placas interpretativas e informativas para pedestres nas comunidades da Baía de Guaratuba - as quais constituem o Grupo Guarapés - e também em seus arredores, com o objetivo de auxiliar as comunidades na demanda e na divulgação do turismo no local, além de valorizar aspectos culturais e ambientais do local. Deste modo, é possível desviar o foco do turismo de sol e praia que ocorre na cidade e fortalecer as comunidades que atualmente já não podem se sustentar apenas com o extrativismo e acabam procurando outras alternativas para fonte de renda.

Por meio das entrevistas, tornou-se possível consultar as comunidades sobre as suas opiniões e preferências, o que levou o projeto a fugir de sua ideia inicial, que se tratava apenas da implantação de placas interpretativas nos atrativos e agora se estende em também implantar placas informativas sobre o turismo ofertado nas comunidades, ou seja, placas que contenham informações sobre o Grupo Guarapés. Sendo uma pesquisa que se introduz nas comunidades, considerar as ideias e sugestões dos moradores locais é uma etapa essencial para que as ações propostas no projeto se desenvolvam de maneira adequada (MILITÃO, 2005).

### 5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO SINALIZA GUARAPÉS

O nome do projeto será “Sinaliza Guarapés”, pois tem o objetivo de implantar uma proposta de sinalização interpretativa e informativa, para pedestres, nos locais e atrativos de Turismo de Base Comunitária localizados na Baía de Guaratuba, Paraná, nas comunidades do Grupo Guarapés, já que os mesmos sofrem carência de tal infraestrutura.

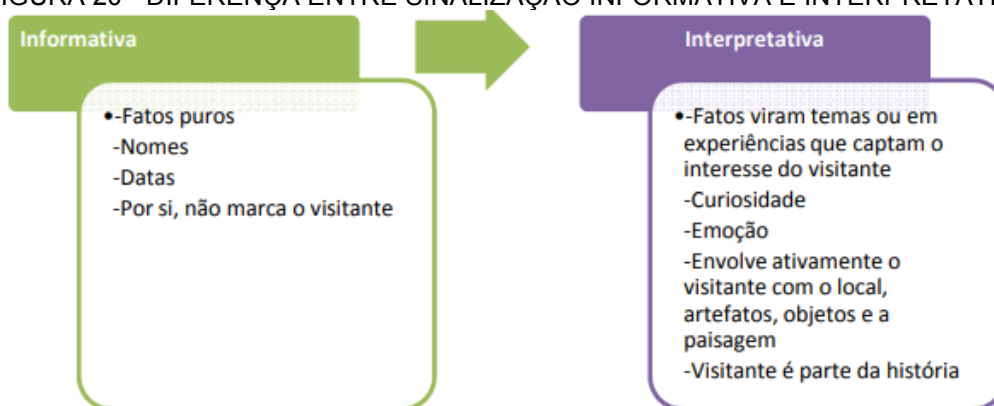
Para a elaboração do projeto de sinalização interpretativa, com orientações de conteúdo, design, especificações, normas técnicas, confecção etc., foram utilizadas referências do documento “Guia Brasileiro de Sinalização Turística” (EMBRATUR; IPHAN; DENATRAN, 2001), onde possibilitou a elaboração das etapas do projeto.



Embora o Guia possua algumas recomendações sobre sinalização interpretativa, elas não bastam para atender às demandas e características do local onde será implantado o projeto, e do segmento do turismo ofertado. No Brasil, não existem orientações de fontes oficiais sobre a sinalização interpretativa, no intuito de se manter um padrão nacional, como é o caso da sinalização orientativa (informativa), portanto coube ao pesquisador escolher as normas das placas de sua sinalização.

Por muitas vezes a sinalização interpretativa é confundida com a sinalização informativa, porém possuem características diferentes, conforme mostra a figura 20. A sinalização interpretativa objetiva fazer uma conexão entre o turista e o atrativo, onde o visitante é convidado a interagir com o atrativo, despertando assim a sua curiosidade e suas emoções. É importante que o visitante entenda o significado, aprecie e crie uma relação mais profunda com o local visitado, “ela não é estática e factual, mas sim, provocativa e emocional, para que isso gere algum tipo de mudança de comportamento e sensação no visitante e que, assim, ele saia transformado, de alguma maneira.” (EMPETUR 2015).

FIGURA 20 - DIFERENÇA ENTRE SINALIZAÇÃO INFORMATIVA E INTERPRETATIVA



FONTE: EMPETUR 2015, apud. Velox/S.PRO, 2015.

Ainda segundo este documento, as placas interpretativas podem se apresentar em diversas formas, como placa de mirante, placa de região, placa de área tombada, placa externa de monumento, placa interna de monumento, placa de sítio arqueológico, patrimônio natural, placa de identificação de espécies vegetal e placa de bronze (GUIA BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA, 2001).

O projeto objetiva a implantação de placas de sinalização (informativas e interpretativas) nas comunidades constituintes do Grupo Guarapés, localizadas na

Baía de Guaratuba, e em seus arredores. Conforme a figura 21 serão três placas informativas localizadas em locais estratégicos (locais 1, 3 e 4), ou seja, aqueles considerados com uma maior demanda de turistas e, três placas interpretativas (locais 2, 4 e 5), localizadas nos principais atrativos presentes nos roteiros oferecidos pelo grupo.

FIGURA 21 - MAPEAMENTO DOS LOCAIS E ATRATIVOS DAS COMUNIDADES DA BAÍA DE GUARATUBA



FONTE: A autora a partir de imagem Google Maps (2018).

LEGENDA: 1) *FerryBoat*/Entrada da Comunidade Cabaraquara

2) Canoa Artesanal – Casa Aroldo (Cabaraquara)

3) Casa do Belém no Cabaraquara

4) Associação de Moradores e Pesca Artesanal (Casa Belha, Caieras)

5) Comunidade Tradicional do Parati, no Porto de chegada

O projeto atenderá principalmente aos turistas que já vão para a região, motivados pelo turismo de sol e praia e que geralmente não conhecem ou não sabem da existência da Baía de Guaratuba e o que ela tem a oferecer. Ou seja, atenderá a demanda já existente na cidade, tanto aqueles que já conhecem o TBC realizado na região quanto aqueles que nunca tiveram contato com o TBC e estão dispostos a se aventurar em um novo turismo, onde é possível conhecer um pouco mais sobre a cultura local, seus modos de vida e admirar paisagens deslumbrantes, contribuindo ainda para o desenvolvimento local.

As comunidades, também consideradas público, atualmente se beneficiam

com o turismo como fonte de renda, porém, com a implantação das placas vê-se além de um possível aumento da demanda, que as comunidades também possam aprender a valorizar sua cultura e tradições, que por vezes podem ser esquecidas em meio às possibilidades do mundo moderno.

O conteúdo e a validação das informações das placas foram feitos, neste caso, pela pesquisadora (ou por um turismólogo) e, previa o apoio da UFPR Litoral, por meio do Projeto Mutirão<sup>12</sup>, que iria financiar os custos das confecções das placas para a então inserção nas comunidades. Para a implantação das placas na área da APA de Guaratuba, acredita-se que a permissão deverá ser cedida pelo IAP, órgão gestor do local ou pela Prefeitura Municipal de Guaratuba<sup>13</sup>. Essas implantações devem acontecer na baixa temporada, pois possui menor incidência de turistas, facilitando o processo e também para começar a alta temporada com as placas já instaladas, promovendo uma maior divulgação do turismo ofertado.

Serão dois modelos de placas: informativas e interpretativas. As placas informativas ficarão localizadas no *ferryboat* Matinhos/Guaratuba e entrada do Cabaraquara, sendo um local onde há muito fluxo de turistas por conta do deslocamento à Guaratuba e dos restaurantes de frutos do mar (1); na casa do Belém, localizada também no Cabaraquara, onde muitos turistas visitam para comprar ostras (3); e na Associação de moradores de Caieiras (4), sendo a comunidade com maior fluxo turístico, devido à sua extensão e especificidades do turismo de sol e praia, foco da cidade. As placas informativas terão informações sobre o Grupo Guarapés, como data de criação, como surgiu, objetivo, quais as comunidades participantes, quais os roteiros oferecidos, onde é possível adquirir esses roteiros e mapa de localização das comunidades.

O segundo modelo, serão as placas interpretativas, referentes aos atrativos oferecidos nos roteiros. Os escolhidos, considerando as informações e indicações das comunidades foram a Pesca Artesanal, na casa do Belha, pescador de Caieiras (4); Canoa Artesanal, na casa do Aroldo, localizada no Cabaraquara, famoso por

---

<sup>12</sup> O projeto “Mutirão” surgiu por meio do Edital Mais Cultura, lançado nas Universidades em outubro de 2014, com o objetivo de desenvolver e fortalecer no país campos como artes e cultura, com ênfase na inclusão social e no respeito e reconhecimento da diversidade cultural. A Universidade Federal do Paraná apresentou este projeto e escolheu o Litoral do Paraná como território de ação, sendo aprovado em 5º lugar e contemplado com recursos financeiros. Contudo, segundo informações da professora Beatriz Cabral o projeto será desenvolvido somente até o fim deste ano de 2018, motivo pelo qual o apoio para o projeto Sinaliza Guarapés não pode ser efetivado.

<sup>13</sup> A informação de qual dos órgãos deve dar a permissão para a implantação das placas não foi concebível, pois nenhum dos dois responderam às ligações e aos e-mails enviados (contato sucessivo realizado desde o mês de Outubro/2018).



fazer canoas com um pau só (2); e a Comunidade Tradicional no Parati, com a placa localizada no porto de chegada da comunidade (5). As placas interpretativas apresentarão informações sobre esses atrativos, tentando retratar e dialogar com o ambiente presente, possibilitando ver além e buscando estimular o olhar e provocar a curiosidade do turista. Considera-se que as placas não só despertam esses estímulos nos turistas, mas também nas próprias comunidades, possibilitando valorizar assim a sua cultura e entendendo o turismo de base comunitária como uma estratégia de conservação ambiental, fortalecimento comunitário e fonte de renda.

## 5.2 ETAPAS PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO

Serão necessárias algumas etapas para o planejamento e a execução do projeto. Primeiramente deve ser realizada a elaboração do conteúdo, onde é definido o que vai ser interpretado, com o resumo das informações e a definição dos títulos (Etapa 1). Também será necessária a criação do design gráfico das placas, com a escolha da adequação do texto, ilustrações, tamanho da placa, entre outros fatores que possam causar uma boa legibilidade para o leitor (Etapa 2). Após, faz-se a revisão final e as devidas correções (Etapa 3). Feitas as correções o esboço é enviado à gráfica para então a confecção das placas (Etapa 4).

Mesmo seguindo as recomendações propostas no Guia, o projeto considera também as características de cada placa, como considerar o usuário/turista, as peculiaridades de cada atrativos e, as características físicas do local onde será instalada (AGEM, 2008).

Para a implantação das placas, com informações e orientações para os trâmites necessários, será necessário contatar o IAP, uma vez que é o gestor da APA de Guaratuba, e/ou a Prefeitura Municipal de Guaratuba, órgão responsável por todo o município (Etapa 5). Contudo, durante o planejamento do projeto não possível apresentar o projeto, pois ambos os órgãos não retornaram os contatos realizados via telefone e/ou e-mail. A confecção das placas será feita pela gráfica (Etapa 6) leva cerca de uma semana e após sua realização, as placas seriam entregues ao Projeto Mutirão ou diretamente às comunidades, para a então instalação (Etapa 7) nos locais escolhidos.

No quadro 7 estão classificadas as etapas para elaboração do projeto e o tempo estimado para cada:

QUADRO 7 - ETAPAS PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO

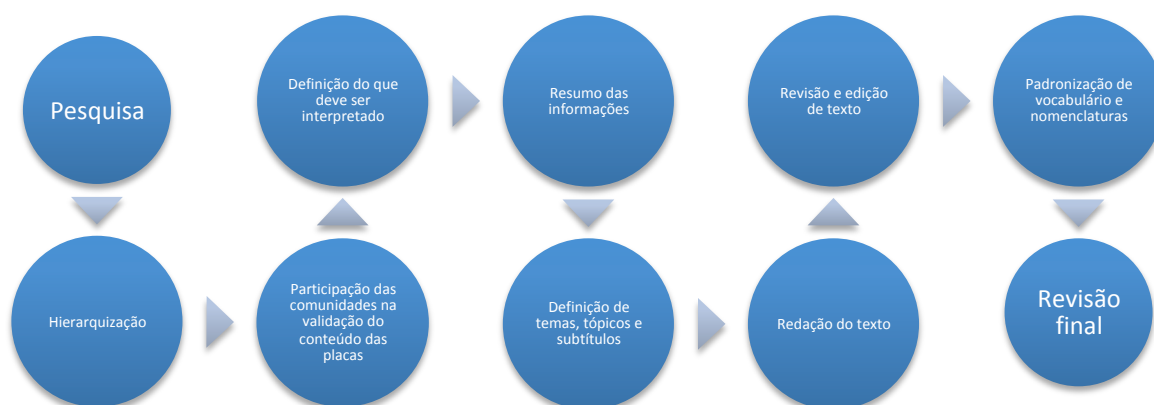
Etapas	Atividades/Semana	1	2	3	4	5	6
Etapa 1	Elaboração do conteúdo das placas	x					
Etapa 2	Contratação do design das placas		x				
Etapa 3	Revisão final das placas		x				
Etapa 4	Orçamento da gráfica para confecção das placas		x				
Etapa 5	Trâmites do IAP ou Prefeitura Municipal de Guaratuba necessários para a implantação na área	x	x	X	x	x	
Etapa 6	Confecção das placas						x
Etapa 7	Instalação das placas						x

FONTE: A autora, 2018.

### 5.2.1 Descrição das etapas para a execução do projeto

O planejamento do texto das placas (etapas 1, 2 e 3 deste projeto) segue o Guia Brasileiro de Sinalização Turística e cumpre as seguintes atividades:

FIGURA 22 - ATIVIDADES PARA O PLANEJAMENTO DO TEXTO DAS PLACAS



FONTE: A autora (2018) com base no Guia Brasileiro de Sinalização Turística (2001).

Para a realização dessas etapas, primeiramente deve ser realizada a elaboração do conteúdo, onde é definido o que vai ser interpretado, com o resumo das informações e a definição dos títulos. A seguir, um esboço de texto é redigido, levando em consideração alguns princípios, como a utilização menor do número de palavras que transmita o significado, de modo que vá direto ao tema principal, mas com simplicidade e respeito à veracidade dos fatos.

O texto precisa ser revisto e editado e é preferível o uso substantivos e

verbos, evitando o uso de adjetivos. A partir dessa etapa existe conteúdo suficiente para a elaboração de esboços, que permitem verificar se a mensagem está sendo transmitida de forma correta e atraente, possibilitando a tomada de decisão sobre o produto final (GUIA BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA, 2001).

A seguir estão os esboços das placas a serem implantadas. Quanto à placa informativa, serão três seguindo este modelo:

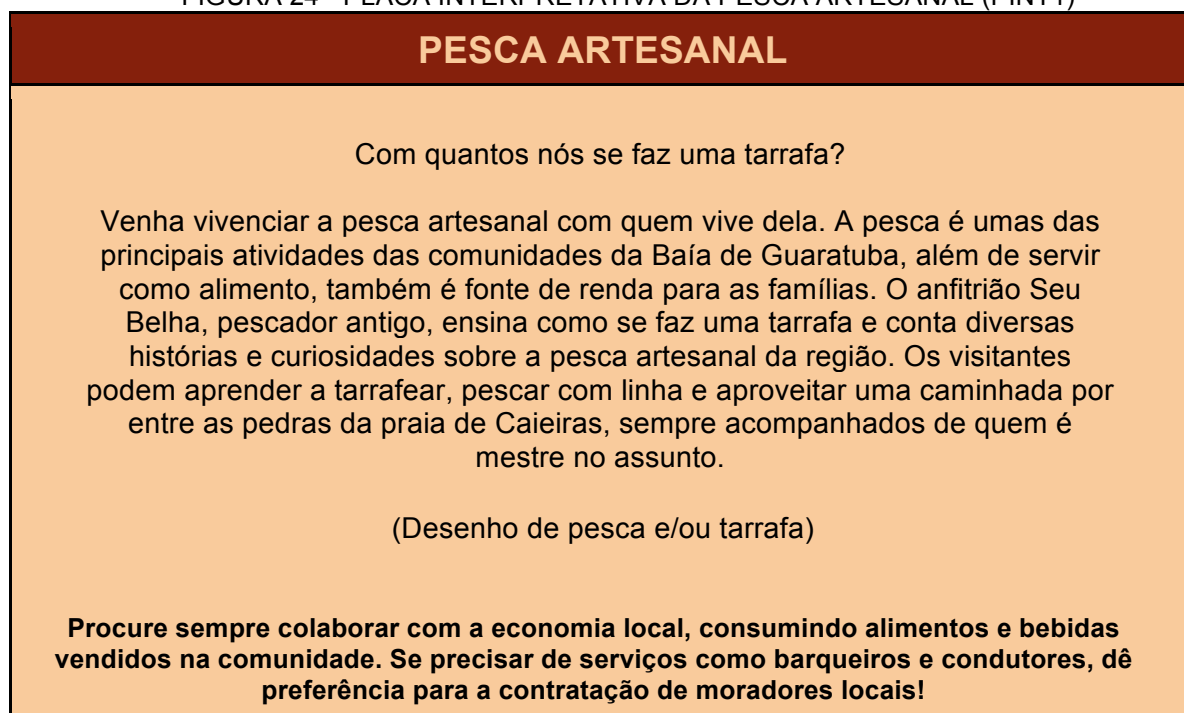
FIGURA 23 - ESBOÇO PLACA INFORMATIVA (PINF)



FONTE: A Autora (2018)

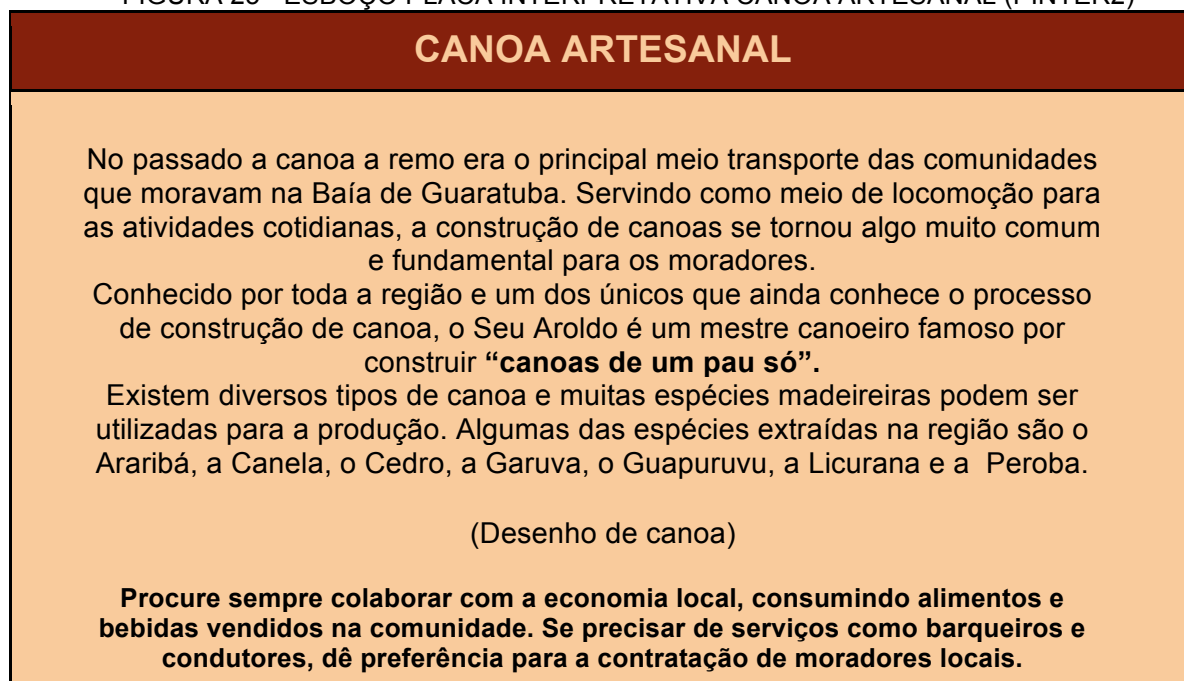
Já os esboços das três placas interpretativas seguirão diferentes modelos, conforme apresentado nas figuras 24, 25 e 26.

FIGURA 24 - PLACA INTERPRETATIVA DA PESCA ARTESANAL (PINT1)



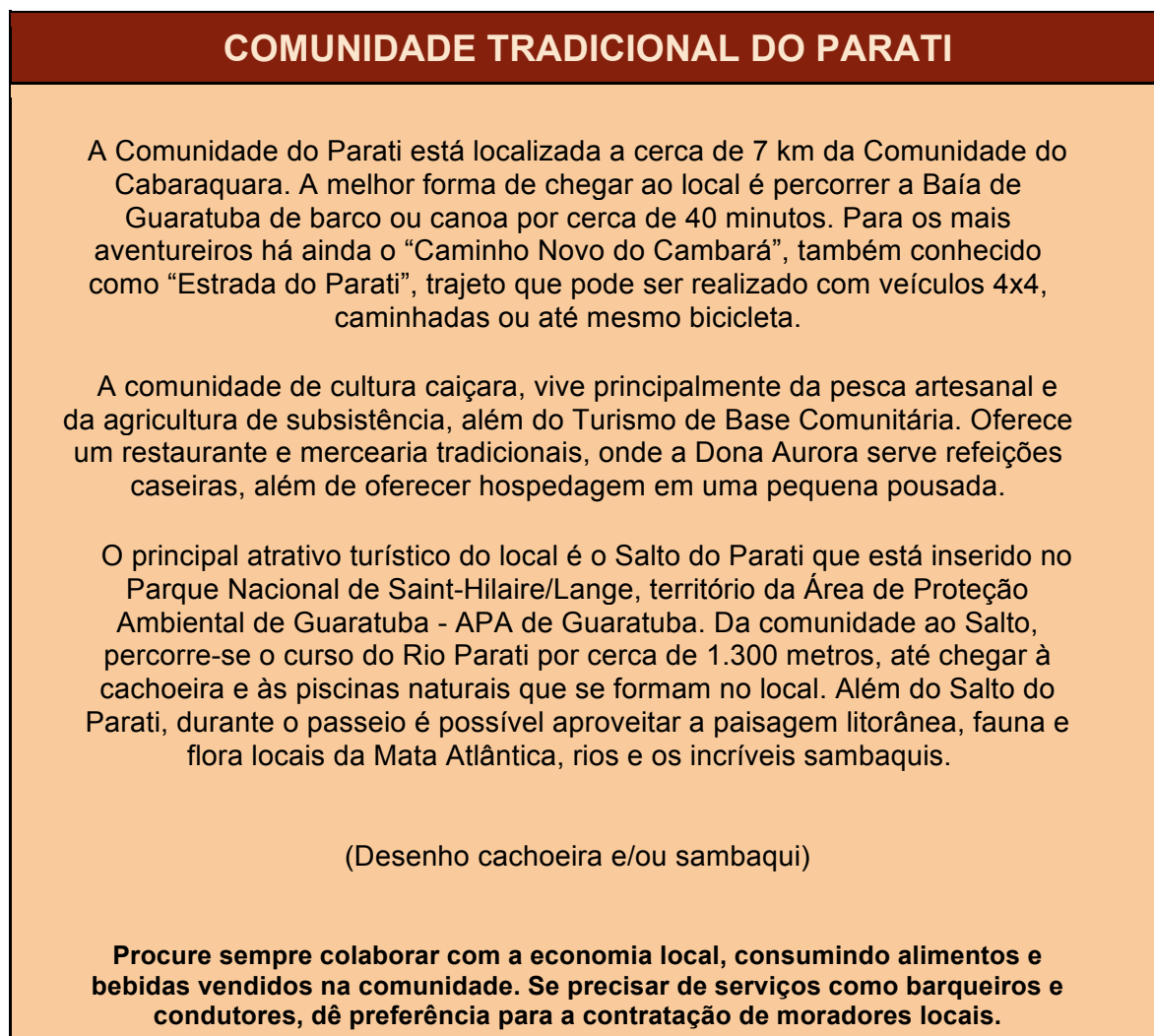
FONTE: A Autora (2018).

FIGURA 25 - ESBOÇO PLACA INTERPRETATIVA CANOA ARTESANAL (PINTER2)



FONTE: A Autora (2018).

FIGURA 26 - ESBOÇO PLACA INTERPRETATIVA COMUNIDADE TRADICIONAL DO PARATI (PINTER3)



FONTE: A Autora (2018).

Na sequência o planejamento gráfico, da forma de apresentação visual do conteúdo da placa de sinalização (Etapa 2). Mesmo seguindo-se as recomendações propostas no Guia, existem decisões que devem ser tomadas individualmente, levando-se em consideração ao usuário, as peculiaridades de cada atrativo, as características físicas do local, tais como condições do terreno e clima, e os meios de produção acessíveis, eletrônicos ou artesanais, bem como a disponibilidade de recursos financeiros (AGEM, 2008).

No processo de criação do design gráfico, é feita a escolha das ilustrações e a adequação do texto finalizado ao tamanho da placa, para que a quantidade de letras utilizadas na impressão final garanta boa legibilidade. As ilustrações são um meio importante chamar a atenção do visitante, pois são mais atrativos do que

palavras. Nas placas serão utilizados desenhos, e mapas, selecionados e adequados ao tema proposto. O texto deve ter seu corpo ou tamanho de modo que permita a leitura por duas ou três pessoas, ao mesmo tempo, sem obrigar a aproximação exagerada do leitor (AGEM, 2008). Isso influenciará o tamanho da placa e a quantidade de conteúdo informativo/interpretativo, uma vez que influencia no tamanho da letra que poderá ser adotada.

A sugestão é de que as placas sejam horizontais, levemente inclinadas (arco de 55° projetado a partir de uma circunferência de 150 cm de diâmetro – conforme AGEM (2008)) e em uma altura média de 130cm, de modo a proporcionar uma leitura agradável. A inclinação facilita a introspecção, pois ao olhar para baixo as funções cerebrais direcionam para uma maior concentração e ativação das emoções, incitando o “olhar para dentro” (EMPETUR, 2015) (GUIA BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA, 2001).

Após a criação e correção do conteúdo e o design gráfico, os esboços são enviados para à gráfica (Etapa 4), onde deve conter todos os elementos necessários para a confecção e a implantação correta e ágil das placas, como tipo de placa, código, material, suporte, fixação, dimensões, localização e legendas, notas e observações, se necessárias, ao entendimento do desenho (EMPETUR, 2015).

- Tipo de placa: interpretativa;
- Código da placa: PINF, PINTER1, PINTER2, PINTER3;
- Material: acrílico, ACM ou chapa de fibra de vidro;
- Suporte: barras de metal ou suporte de madeira, que pode ser feito pela própria comunidade;
- Fixação: espaçador de aço, caso seja necessário;
- Dimensões: 125 cm x 70 cm ou 90x60.

A letra dos títulos, subtítulos e capitulares utiliza a fonte Trajan, já os textos e legendas utilizam a fonte Frutiger Light Condensed. Os textos podem ser divididos em colunas, como meio para facilitar a leitura. Para placas com uma única coluna de texto, a largura máxima dessa coluna não pode ultrapassar 70 cm. A altura da letra maiúscula, também conhecida como caixa alta, não deve ser inferior ao corpo 40 equivalente a aproximadamente 1 cm. O espaço reservado ao texto pode ainda ser dividido em dois ou três blocos, podendo ainda contemplar informações em língua

estrangeira e/ou braile. Nesses casos, reduz-se o conteúdo do texto, não devendo o tamanho da letra maiúscula ser menor que 1 cm de altura (AGEM, 2008).

Para a implantação correta das placas, com informações e orientações referentes aos trâmites necessários, faz-se necessário contatar o IAP, uma vez que é o gestor da APA de Guaratuba, ou a Prefeitura de Guaratuba, sendo responsável por todo o município (Etapa 5). Nesta pesquisa não foi possível contatar ambos órgãos, uma vez que não houveram retornos.

A confecção das placas pela gráfica (Etapa 6) leva cerca de uma semana e após sua realização, as placas seriam entregues ao Projeto Mutirão ou diretamente às comunidades, para a então instalação (Etapa 7) nos locais escolhidos.

### 5.2.2 Descrição dos recursos humanos envolvidos em cada etapa

Quanto aos recursos humanos envolvidos na elaboração e execução das etapas do projeto, é necessária a atuação de um turismólogo (a própria pesquisadora), sendo o profissional mais qualificado para desenvolver as atividades em conjunto com a comunidade, onde deverá contar com a cooperação do IAP ou da Prefeitura Municipal de Guaratuba, professores e líderes comunitários durante a confecção (aqui entende-se que a colaboração destes é inerente ao trabalhos já desenvolvido ou voluntária). Caberá também ao turismólogo indicar os locais para instalação das placas junto a quem for inserir elas nos locais escolhidos. Para tal, e visto os contatos já estabelecidos com os líderes da comunidade, deve-se verificar previamente junto ao IAP ou a Prefeitura de Guaratuba, a melhor maneira de executar a ação, respeitando as diretrizes da APA.

Para a realização desse projeto, foi necessária a colaboração da coordenadora do curso Gestão de Turismo – UFPR Litoral, responsável pelo projeto de extensão “Anfitriões de Guaratuba”, de onde surgiu o Grupo Guarapés, também coordenadora do eixo 6 do Projeto Mutirão e do projeto de extensão “Empreendedorismo, inovação e gestão familiar para o turismo na Baía de Guaratuba”, Professora Beatriz Leite Ferreira Cabral da UFPR Litoral, onde além de ter colaborado mostrando e confiando na possibilidade de fazer um projeto com o Grupo Guarapés, auxiliou em diversas dúvidas no decorrer da pesquisa.

Em visita à Baía de Guaratuba, foi necessária a presença de alguém da comunidade, para que pudesse conduzir o passeio pela região e às casas das

famílias, além de servir como ponte entre a pesquisadora e a comunidade. Os moradores também auxiliaram na pesquisa, pois sem eles não seria possível determinar quais os locais mais apropriados para a implantação das placas, além das informações que ajudaram na elaboração dos conteúdos e no próprio entendimento do TBC ofertado na baía, pelo Grupo Guarapés.

Como consultorias e parcerias tem-se a UFPR Litoral, com o Projeto Mutirão, que previa financiar o custo da produção, o designer da arte das placas, a gráfica que fez o orçamento das placas para sua confecção e o IAP ou Prefeitura Municipal de Guaratuba, com o auxílio nas diretrizes para a implantação das placas, por mais que não tenha sido possível os contatar.

O projeto analisa a possibilidade da procura de suporte financeiro, por meio de fontes de recursos governamentais ou de órgãos ambientais, interessados no desenvolvimento das comunidades. Alguns exemplos de apoio financeiro são o Ministério do Turismo, que em 2008 abriu o “Edital de Chamada Pública de Projetos” para seleção de projetos de apoio às iniciativas do TBC, onde vinha a aceitar propostas cuja solicitação de apoio financeiro estivesse entre R\$ 100 mil e R\$ 150 mil. A agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – ADETUR Litoral, que em 2017 a Prefeitura Municipal de Guaratuba incluiu o município de Guaratuba na agência, repassando um certo valor anual ou mais, se necessário, para a realização de projetos, eventos ou ações específicas. O Projeto Bagagem, uma ONG criada há 15 anos, que também visa fomentar o TBC como ferramenta para a valorização e desenvolvimento sustentável do turismo do Brasil.

Em contrapartida, é possível também o suporte financeiro da iniciativa privada, que pode atuar em conjunto com o uso e a exploração do mesmo turista, aumentando a possibilidade de manutenção das placas e o retorno social para o município. A iniciativa privada é ainda menos burocrática e mais fácil de contatar que a iniciativa pública, portando não deve ser descartada. Outra opção encontrada é o Crowdfunding (financiamento coletivo), que consiste na aquisição de fundos de interesse coletivo através de diversas fontes de financiamento, onde pessoas físicas demonstram interesse em determinada iniciativa.

Além destes, inclui-se a própria pesquisadora, que atua como a turismóloga e que, além de apresentar as diretrizes para a elaboração das placas de sinalização interpretativa, em um futuro pode colaborar com a consultoria para a então realização do projeto Sinaliza Guarapés ou em outros projetos.



### 5.2.3 Descrição do orçamento e dos desembolsos por etapa

Dentre os custos, tem-se:

- Etapas 1, 3 e 7: referentes à produção das placas, será estabelecido o valor de R\$ 30,00<sup>14</sup> a hora trabalhada de acordo com o levantamento realizado por profissionais da área para turismólogos recém-formados, além dos custos de transporte e alimentação no decorrer da pesquisa.
- Etapa 2, 4 e 6: compreende o valor do design e da confecção das placas na gráfica.

Os custos de transporte e alimentação foram devido a pesquisa presencial realizada no litoral, para a coleta e análise de dados. Na primeira visita (Julho/2018) integrou-se o preço da gasolina até a Baía de Guaratuba e a locomoção interna, incluindo o valor do pedágio, a travessia de *ferryboat* até Caieiras e o almoço. Na segunda visita (Agosto/2018) os valores foram da ida e volta de ônibus, a gasolina do barco para ida e volta à comunidade do Parati e o almoço na Dona Aurora.

Em resumo, têm-se no quadro 8 os valores referentes a cada etapa, com descritivo:

QUADRO 8 - GASTOS/DESEMPESAS DA PESQUISA

ETAPAS	ATIVIDADES	DESCRIÇÃO DA DESPESA	VALOR
Etapa 1 e 3	Custos ida ao litoral Julho/2018	Transporte terrestre + gasolina + <i>ferryboat</i> + almoço	R\$ 152,00
Etapa 1 e 3	Custos ida ao litoral Agosto/2018	Transporte terrestre + transporte aquático + almoço	R\$ 180,00
Etapa 2	Contratação do design das placas	Design das placas (quatro modelos) <sup>15</sup> + consultoria (1 hora)	R\$ 180,00
Etapa 4 e 6	Orçamento da gráfica para confecção das placas	Confecção das placas em gráfica (seis placas) <sup>16</sup> + consultoria (2 horas)	R\$ 1.340,00
Etapa 1, 3, 5 e 7	Elaboração do conteúdo das placas, revisão final, trâmites necessários para a implantação e instalação nos locais	Consultoria para elaboração do conteúdo com duas idas ao litoral (14 horas), revisão final (2 horas), contato para os trâmites necessários (2 horas) e instalação das placas nos locais (8 horas)	R\$ 780,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 2.632,00</b>

FONTE: A autora.

<sup>14</sup> Referência do valor por meio do Conselho Federal de Administração.

<sup>15</sup> Grafbox Gráfica Digital e Design.

<sup>16</sup> Printi Gráfica.

Visto que a etapa 5 se trata dos trâmites necessários para a implantação das placas na área, tendo as diretrizes de responsabilidade do IAP ou da Prefeitura Municipal de Guaratuba, a mesma foi incluída na tabela de gastos/despesas apenas no valor da consultoria, pois o custo é atribuição dos próprios órgãos. A instalação das placas também compreende apenas o valor da consultoria da pesquisadora, sendo que ainda não se sabe se alguém será contratado para instalar ou se a própria comunidade pode fazê-lo.

O valor da confecção das placas varia de acordo com o material e também da estrutura do mesmo. No caso do orçamento já realizado do projeto, o material adotado foi o ACM (alumínio composto), que além de ser o mais acessível, tem grande durabilidade quando referente às condições climáticas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto teve como objetivo a partir do referencial teórico desenvolvido e da coleta e análise de dados de campo, propor a implantação de sinalização informativa e interpretativa em determinados locais e atrativos oferecidos pelas famílias anfitriãs do Grupo Guarapés (Baía de Guaratuba) onde ocorre a oferta de TBC.

Tendo em vista que o TBC é uma rede de cunho social que possui atividades originadas e administradas pela comunidade receptora e visa considerar a participação coletiva e a tomada de decisão orientada para o benefício de todos, o desenvolvimento deste trabalho se faz importante à medida que propôs a melhoria do desenvolvimento e da divulgação da atividade turística das comunidades da Baía de Guaratuba, a partir da perspectiva de que a sinalização de locais e atrativos possa gerar interesse e demanda pelas localidades. Isto, pois, identificou-se na literatura que a sinalização interpretativa pode melhorar o desenvolvimento do turismo no local e também a divulgação, enaltecendo o atrativo e o TBC já ofertado pelas comunidades, tornando possível valorizar aspectos culturais, históricos e ambientais, o que vai de encontro com as necessidades previamente documentadas sobre a realidade das comunidades litorâneas da Baía de Guaratuba.

Foi possível analisar que o TBC surgiu, mesmo que de forma indireta, como a única alternativa econômica diante de regras ambientais da APA de Guaratuba, pois foi imposta pelo Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba. Ainda que não tenha surgido de uma vontade local, os moradores entrevistados entendem que o TBC age de forma positiva e sustentável para o desenvolvimento de pequenas comunidades, agregando ainda valor às atividades tradicionais realizadas.

Durante a realização da coleta de dados em campo, esperava-se um número muito maior de entrevistados, porém em seu decorrer percebeu-se que não havia necessidade de entrevistar tantos moradores. Ainda assim, um dos objetivos era entrevistar ao menos uma moradora da comunidade da Prainha, que trabalha com o TBC e oferece um pequeno restaurante na região, mas a mesma não se encontrava no dia em que ocorreu a visita às comunidades. No decorrer das entrevistas, observou-se a dificuldade dos entrevistados em entender certas perguntas e transformar algumas ideias em palavras. Ao fim da análise de dados notou-se a

importância de ter feito um roteiro de entrevista mais adaptado às comunidades, onde a linguagem fosse simples e acessível. E também a importância de realizar uma aproximação adequada e mediada com as comunidades, gerando relação de confiança entre as famílias e a pesquisadora.

Em relação ao patrimônio, durante toda a pesquisa foi interessante notar como está presente na maioria dos locais, nas atividades do dia a dia da comunidade e nos atrativos, como a canoa e a pesca. Tais atividades, no caso da pesca, e, atrativos, a canoa feita de um pau só, geralmente são resultantes de muito sacrifício, permitindo a reprodução social da família, uma vez que muitas vezes é passa de pai para filho. Do mesmo modo, a própria comunidade é igualmente considerada um patrimônio, pois remete à familiaridade, algo de valor, ligado ao sentimento de pertencimento.

Algo também não esperado foi o contato com o IAP, gestor da APA de Guaratuba ou da Prefeitura Municipal de Guaratuba, órgão executivo do município, uma vez que ambos não atenderam as ligações, nem responderam aos e-mails enviados no decorrer deste projeto, impossibilitando saber quais as diretrizes necessárias para a permissão da implantação das placas.

A pesquisa foi de grande relevância tanto para as comunidades, quanto para a pesquisadora, onde foi possível conhecer a realidade do Litoral do Paraná a partir de uma visão não relacionada ao turismo de sol e praia e, de possibilitar a experiência de uma cultura litorânea pouco divulgada pelo turismo (pessoas, usos e costumes e atividades). Assim, espera-se que o projeto possa ser colocado em prática em um futuro projeto da UFPR Litoral, para que não somente o TBC já existente nas comunidades possa se desenvolver, mas também ser divulgado.

Entende-se que as comunidades da Baía de Guaratuba devem – devido às restrições a eles impostas após a ocupação pelo Plano de Manejo da APA de Guaratuba – ter apoio para a valorização de seu passado e da cultura ainda presentes em suas atividades do dia a dia, fortalecendo o turismo de base comunitária na Baía de Guaratuba em contraste com o fluxo já consolidado do turismo de sol e praia.

## REFERÊNCIAS

- AGEM, Agência Metropolitana da Baixada Santista. (2008). **SINALTUR: Projeto Executivo - Especificações Técnicas**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.agem.sp.gov.br/pdf/SINALTUR%20Manual%20de%20Sinalizacao%20Turistica.pdf>> Acesso em: 10/09/2018.
- ARAÚJO, L.M; MOURA, F.B.P. A expansão do turismo na zona costeira nordestina: Crescimento econômico, degradação ambiental e erosão cultural. In: CORIOLANO, L.N.M.T; VASCONCELOS, F.P. (Org.) **O Turismo e a relação sociedade-Natureza - realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: Educe, 2007. p. 94-114.
- BARRETO, E.O.; TAVARES, M.G.C. O Turismo de Base Comunitária em uma comunidade ribeirinha da Amazônia: O Caso de Anã na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Santarém (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.10, n.3, ago/out 2017, pp.579-611.
- BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I.. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 76-91, 2009.
- BELCHER, Brian; RUÍZ-PÉREZ, Manuel; ACHDIAWAN, Ramadhani. Global patterns and trends in the use and management of commercial NTFPs: implications for livelihoods and conservation. **World development**, v. 33, n. 9, p. 1435-1452, 2005.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 2.ed. São Paulo: Editora Senac, 1998.
- BIGARELLA, J. J. **Contribuição ao estudo da planície litorânea do Estado do Paraná**. Arquivos de Biologia e Tecnologia, Curitiba, 1946.
- BRANDINI, N. **Biogeoquímica da Baía de Guaratuba, Paraná, Brasil: origem, metabolismo, balanço de massa e destino da matéria biogênica**. 278 p. Tese (Doutorado em Geoquímica Ambiental) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de jul. de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**, Brasília, DF, jul 2000.
- BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. **Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil**. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.; BURSZTYN, I (Orgs). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- CABRAL, B. L. F. **Entre marés: pesca artesanal e náutica na Baía de Guaratuba**. 2015.

CARVALHO, V. F. 2007. O Turismo Comunitário como instrumento de desenvolvimento sustentável. **ECOTOUR**. 07 de maio de 2007. Artigos. Disponível em:

[http://www.revistaecotour.com.br/pagina/MTc1OQ==/O\\_turismo\\_comunitario\\_como\\_instrumento\\_de\\_desenvolvimento\\_sustentavel](http://www.revistaecotour.com.br/pagina/MTc1OQ==/O_turismo_comunitario_como_instrumento_de_desenvolvimento_sustentavel). Acesso em: 28/04/2018.

CONSELHO DO LITORAL. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Guaratuba**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2002.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo comunitário no nordeste brasileiro**. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares. p. 144-162. Brasília, Letra e Imagem, 2009.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. Annablume Editora, 2006.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; NEIDE, L. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 1, n. 2, p. 161-171, 2003.

CRUZ, R. de C. A. da. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In. BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Cap. 1. p. 92-107.

CUNHA, LH de O.; ROUGEULLE, M. D.; VON BEHR, M. F. Comunidades litorâneas e unidades de conservação: convivência e conflito. **O caso de Guaraqueçaba, Paraná**. São Paulo: USP/NUPAUB, 2004.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Em Turismo**. São Paulo: Futura, 1998. 286 p.

DIEGUES, Antonio Carlos. Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: Convivência e Conflitos. **O caso de Guaraqueçaba, Paraná**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

EMBRATUR; IPHAN; DENATRAN. 2001. Guia Brasileiro de Sinalização Turística.

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO – EMPETUR. **Projeto Executivo de Sinalização Interpretativa do Patrimônio Cultural e Ambiental do Polo Vale do São Francisco**. Recife: Governo do Estado do Pernambuco, 2015.

\_\_\_\_\_. **Estudos da competitividade do turismo brasileiro: Infraestrutura**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

FABRINO, N. H. **Turismo de base comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. 185 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FERNANDES, D. L.; GOVEIA, E. F. de; Maganhotto, R. F. **Infraestrutura de**

**acesso:** fator crítico de sucesso para implantação de empreendimentos de turismo rural. In *Congresso Internacional de Administração - 2010*, Ponta Grossa.

FERREIRA, M. R. **Comunidades rurais de Guaratuba-Paraná:** os limites e as possibilidades da opção extrativista como meio de vida no contexto do desenvolvimento rural sustentável. 2010. 222 f. Pós-graduação em Agronomia, Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOODEY, B. A sinalização interpretativa. In: MURTA, E. M.; Albano, C. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 181-191.

GOODEY, B. Interpretação e comunidade local. In: MURTA, E. M.; ALBANO, C. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG, p. 47-57, 2002.

GOODEY, B.; MURTA, S. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, E. M.; Albano, C. **Interpretação do patrimônio. Um exercício do olhar**. Belo Horizonte, UFMG, 2002, p. 13-46.

GRUPO GUARAPÉS, 2017. GRUPO GUARAPÉS. Disponível em: <<http://www.guarapesturismo.com.br/>> Acesso em: 22/03/2018.

GUARATUBA, **Prefeitura Municipal**. 2009. Disponível em: <<http://www.guaratuba.pr.gov.br/site/index.php>> Acesso em: 22/03/2018.

HARMATIUK, A. **Análise da Sinalização Turística do Salto Sete Ecoturismo e Aventura, Prudentópolis/Pr**. 2016. 63 f. TCC (Graduação) - Curso de Turismo, Universidade Estadual do Centro-oeste – Unicentro, Irati, 2016.

HORN, C; SIMMONS, D. Community adaptation to tourism: comparisons between Rotorua and Kaikoura, New Zealand. **Tourism management**, v. 23, n. 2, p. 133-143, 2002.

IBGE (2010): INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. **Dados gerais do município de guaratuba**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guaratuba>> Acesso em: 22/03/2018.

IGNARRA, Luiz Renato. (2002). Fundamentos do Turismo. 2.ed. São Paulo: Editora Thompson.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (IBRADES). **Difusão sobre a importância dos manguezais para a preservação da biodiversidade marinha no município de Guaratuba:** relatório das atividades. Guaratuba: Departamento de Meio Ambiente, 2011.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSELO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências

brasileiras. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2009, p. 108-121

IRVING, M.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

KOSTER, R; RANDALL, J. E. Indicators of community economic development through mural-based tourism. **The Canadian Geographer/Le Géographe canadien**, v. 49, n. 1, p. 42-60, 2005.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Altas, 2010.

LAVILLE, C.; DIONNE, J.; SIMAN, L. M. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciencias humanas**. Porto Alegre; Belo Horizonte, MG: Artmed: Ed. da UFMG, 1999

LOUREIRO, C. V.; GORAYEB, A. O Turismo comunitário como alternativa para a preservação dos ecossistemas litorâneos: o caso da Comunidade de Curral Velho, Acaraú-CE-Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 1, n. 1, p.1-17, jul. 2013.

MACHADO, J. F. **Territorialidade e pesca: atualidades e tradições no uso dos recursos pesqueiros na comunidade litorânea da praia da Pipa Rio Grande do Norte**. 2011. Dissertação (Mestrado). Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MAFRA, G.A. **Sinalização interpretativa como ferramenta de educação patrimonial em parques urbanos: o caso do Parque da Serra do Curral de Belo Horizonte**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.3, n.2, 2010, p.315-330.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (organizadores). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MANSFELD, Y; JONAS, A. Evaluating the socio-cultural carrying capacity of rural tourism communities: a 'value stretch' approach. **Tijdschrift voor economische en sociale geografie**, v. 97, n. 5, p. 583-601, 2006.

MARONE, E. et al. **Hydrodynamic of Guaratuba Bay, PR, Brazil**. Journal of Coastal Research, Brazil, v. 39, p. 1879-1883, 2006.

MELLINGER, L. L. **Processos decisórios na gestão dos bens naturais comuns: participação democrática, hibridismos e invisibilidades**. 2013. 201 f. Pós-graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MENDONÇA, T.C.M. Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado. In: BARTHOLO, R., SANSOLO,



D.G, BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 289-301.

MILITÃO, A.; MILITÃO, R. Jogos, dinâmicas e vivências grupais: como desenvolver sua melhor “técnica” em atividades grupais. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000. 248p. 7. .reimp.

MITCHELL, R. E.; REID, D. G. Community integration: Island tourism in Peru. **Annals of tourism research**, v. 28, n. 1, p. 113-139, 2001.

MOCELLIM, A. D. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. **Plural (São Paulo. Online)**, v. 17, n. 2, p. 105-128, 2010.

MURTA, S.M.; ALBANO, C. (Org.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. 5. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002. Tilden (1967).

OLIVEIRA, J. N. O planejamento da infra-estrutura urbana para o desenvolvimento do turismo, baseado nos conceitos descritos no estatuto da cidade e na boa forma da cidade. In: **Festival de Turismo das Cataratas do Iguaçu, Fórum Internacional de Turismo do Iguassu**, 5, 2011, Foz do Iguaçu, Paraná, 16 p.

OZERDEM, B.; OZER, S.; TOSUN, M. Feasibility study of wind farms: A case study for Izmir, Turkey. **Journal of Wind Engineering and Industrial Aerodynamics**, v. 94, n. 10, p. 725-743, 2006.

PAIVA, M. G. M. V. **Sociologia do Turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

PASA GÓMEZ, C. R. et al. Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. v.13, n. 5, p. 1213-1227, oct. 2015.

PASQUOTTO, V. F. Comercialização, políticas públicas e reprodução social na pesca artesanal. **Nas redes da pesca artesanal**, 2007.

PENNYFATHER, K. **Guide to Countryside Interpretation, Part II: Interpretive Media and Facilities**. [S.I.]: HMSO for Countryside Commission and Countryside Commission for Scotland, 1975.

PONTES, E. S. TURISMO COMUNITÁRIO: PROPOSTAS DE AÇÕES E USO PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS LITORÂNEAS. **Revista Científica FACPED**, n. 1, 2012.

ROSA FILHO, W. C. Sinalização turística: análise e proposta para o desenvolvimento turístico da cidade de Morros- MA. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO**, 9., 2014, Recife, Pernambuco. Anais. Dois Irmãos, Recife, Pernambuco: UFRPR, 2014. P 265-278.

RUGENDYKE, B.; SON, N. T. Conservation costs: Nature-based tourism as development at Cuc Phuong National Park, Vietnam. **Asia Pacific Viewpoint**, v. 46, n. 2, p. 185-200, 2005.

SALVATI, S. S. Turismo Responsavel no Pantanal: desenvolvendo uma visão comum para sua sustentabilidade. In: **IV Simposio sobre recursos naturais e socio-economicos do Pantanal Corumbà/MS**. 2004.

SAMPAIO, C. A. C. et al. Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, n. 1, p. 42-58, 2014.

SAMPAIO, C. A. C. Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário. **Revista Turismo em Análise**, v. 18, n. 2, p. 148-165, 2007.

SAMPAIO, C. A. C.; ZECHNER, T. C.; HENRÍQUEZ, C.. “Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha”. In: II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), 12 a 15 de maio de 2008, Fortaleza (CE). Anais..., Fortaleza: 2008.

Sampaio; C. A. C.; Zamignan, G. 2011. **Estudo da demanda turística:** experiência de turismo comunitário da Microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR). Revista de Cultura e Turismo/CULTUR. Ano 6, n.1, p. 25-39.

SANCHO, A.; MALTA, G. Pesquisa de Demanda para Turismo de Base Comunitária: desafios à promoção do encontro entre comunidades e viajantes. **Revista Turismo em Análise**, v. 26, n. 1, p. 38-67, 2015.

SANTOS, J. A.; PARRA FILHO, Domingos. **Metodologia científica**. Cengage Learning, 2012.

SCHEUER, L. Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Guaratuba. AMLIPA, 2010.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO PARANÁ. **Área de Proteção Ambiental de Guaratuba**. Curitiba, 2018 em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=121>. Acesso: 25 mai. 2018.

SILVA, F. G. S.; MELO, R. S. A contribuição da sinalização turística para o desenvolvimento turístico da cidade de Parnaíba (PI, Brasil). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 6, p. 129-146, mai./ago. 2012.

SILVA, K. T. P; RAMIRO, R. C.; TEIXEIRA, B. S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 359-373, 2009.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade. In: MIRANDA, O. de. **Para ler Ferdinand Tönnies**. 1 ed. São Paulo: EdUSP, 1995a. p. 231-352.

VASCONCELOS, F. P.; CORIOLANO, L. N. M. T. Impactos sócio-ambientais no Litoral: um foco no turismo e na gestão integrada da zona costeira no Estado do Ceará/Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management**, v. 8, n. 2, 2008.

VERA, J. F. **Análisis territorial del turismo**. Barcelona: Ariel, 1997.

WOORTMANN, K. “Com parente não se negueia”. O Campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico 87**, Editora UNB/Tempo Brasileiro. 1990.

ZAMIGNAN, G. Estudo Da Demanda Turística: Experiência De Turismo Comunitário Da Microbacia Do Rio Sagrado, Morretes (Pr). **Cultur**, Curitiba, v. 6, n. 1, p.25-39, fev. 2012.

ZAMIGNAN, G; SAMPAIO, C. A. C. Turismo de Base Comunitária como Perspectiva para a Preservação da biodiversidade e de Modos de vidas de comunidades tradicionais: a Experiência da micro-bacia do rio sagrado, Morretes (pr). **Anais do V Encontro Nacional da Anppas, Florianópolis**, 2010.

ZAQUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan (orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares experiências brasileiras**. Brasília: Letra & Imagem, 2009. p. 55-75.

ZECHNER, T. C. et al. Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. **Anais II Seminário Internacional de Turismo Sustentável**. Fortaleza, 2008.

## **APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS COMUNIDADES**

- 1- Quantas pessoas vivem na comunidade?
- 2- Quantas pessoas da família atuam diretamente no TBC?
- 3- A comunidade discute sobre o TBC em conjunto/coletivo?
- 4- Quais são as principais atividades realizadas no dia a dia da comunidade?
- 5- O que você entende por TBC?
- 6- Quais as principais atividades oferecidas referentes ao TBC?
- 7- Quais os principais problemas que o TBC traz?
- 8- O que entende como sinalização? E sinalização interpretativa, sabe o que é?  
Se sim, o que entende?
- 9- Você acha que a sinalização interpretativa pode melhorar o desenvolvimento turístico das comunidades?
- 10- Qual o interesse da comunidade em implantar a sinalização interpretativa em determinados atrativos?
- 11- Você sabe algum caso onde a sinalização beneficiou a comunidade?
- 12- Que atrativos necessitam de sinalização interpretativa?
- 13- Quais elementos realçam a história e as características culturais e ambientais do local?

## APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COORDENADORA

- 1- O que você entende por TBC? Quais os problemas e benefícios que o TBC pode trazer?
- 2- Você poderia descrever como o Grupo Guarapés surgiu? E, qual foi o principal motivo para sua criação?
- 3- Atualmente, como se dá sua relação com as comunidades (você atua diretamente com o TBC oferecido pelo Grupo Guarapés ou em outras atividades/projetos relacionados ao turismo)?
- 4- Na sua opinião, a opção por implantar o TBC nas comunidades surgiu como um desejo dos moradores ou como meio alternativo para atender ao Plano de Manejo da APA onde se localizam?
- 5- Quais as principais atividades oferecidas pelas comunidades referente ao TBC?
- 6- Como você acha que a sinalização interpretativa pode melhorar o desenvolvimento turístico das comunidades?
- 7- Além dos atrativos, foram mencionados também nas entrevistas com os moradores, a necessidade de sinalizar outros locais, como *ferryboat*, estradas, entrada das comunidades, entre outros, contendo informações do Grupo Guarapés, e não somente dos atrativos. Sobre esse tópico, você acredita que haja necessidade de implantar placas informando a existência do Grupo Guarapés?
- 8- Você poderia citar outros casos de localidades com TBC onde a sinalização interpretativa foi utilizada?
- 9- Na sua opinião, quais os atrativos/locais que necessitam de sinalização interpretativa?
- 10- Quais elementos realçam a história e as características culturais e ambientais do local (ou seja, o que você acredita que seria importante constar nas placas, num geral ou em cada atrativo/local)?

## ANEXO 1 - PASSEIO DE BARCO PELA BAÍA DE GUARATUBA







## ANEXO 2 - SAMBAQUI DO PARATI

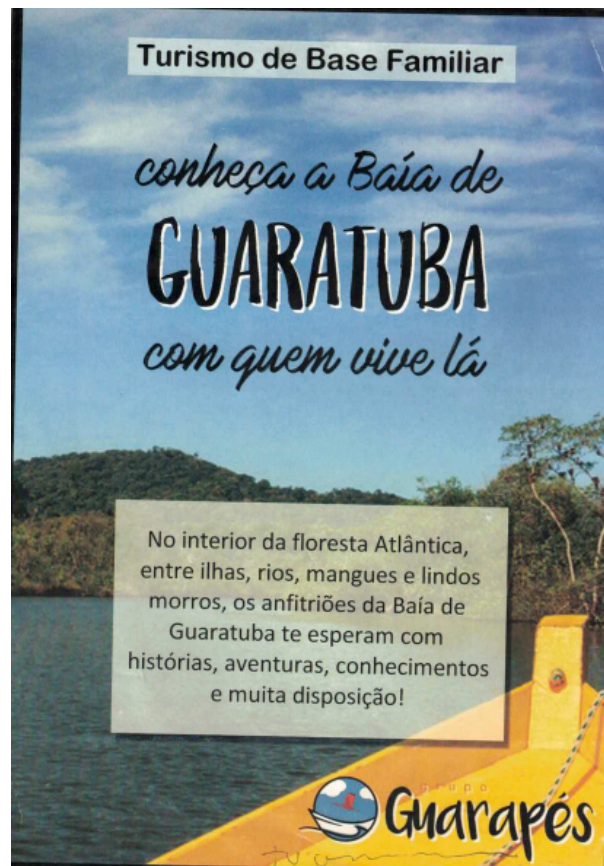




**ANEXO 3 - BANNER DO PARQUE NACIONAL SAINT-HILAIRE LANGE NA  
PROPRIEDADE DA DONA AURORA (PARATI)**



## ANEXO 4 – FOLDER E FOLHETO DO GRUPO GUARAPÉS



**Cultural**  
Cada para famílias ou grupos de **Das Farinheiras** é um percurso curto  
lar o grupo será recebido com um

(aproximadamente)  
1-1119 Marília | 41 99129-8435 Nelson  
20/pessoa

**ira nós**  
derão conhecer a criação de abelhas  
rticipar da produção de caldo de  
a breve caminhada até o Salto do  
iro pode ser feito com crianças.  
tal incluso.

(aproximadamente)  
1-8435 Nelson | 41 99177-3900 Zeca  
20/pessoa

**Cultural**  
is se faz uma tarrafa? Venha viver  
com quem vive dela. Os visitantes,  
histórias dos pescadores mais  
o, poderão tarrafar, pensar com  
entre as pedras da grã de Cateiras,  
nhados de quem é mestre no  
e o roteiro dona Aida irá ainda servir  
tida caseira, camarão e peixes não

(aproximadamente)  
12-2083 Gedivaldo  
ão e dona Aida  
20/pessoa

Desconto de 10%  
na apresentação  
deste folheto



**Grupo Guarapés**

**TURISMO**  
NA BAIÁ DE GUARATUBA

UFPR Litoral UFPR

PRECIPITADO FUNPAR

MINISTÉRIO DA CULTURA

**TURISMO DE BASE FAMILIAR**

**CONHEÇA A BAÍA DE GUARATUBA**  
COM QUEM VIVE LÁ

Passelos com agendamento prévio

41 99148-9727

41 99192-2083

@grupoguarapes

grupoguarapes@gmail.com

www.guarapesturismo.com.br

**ROTEIROS**  
www.guarapesturismo.com.br

**Cabaraquara Cultural**  
Aos pés do morro do Cabaraquara, em meio à  
enuberante Floresta Atlântica e à beira da Baía de  
Guaratuba você tem a oportunidade de conhecer a  
antiga olaria, a operação da casa de farinha e o cultivo  
de ostras. Vivencie a história e a cultura da região. O  
passelo termina com um delicioso almoço tradicional.

Duração: 05 horas (aproximadamente)  
Contato: 41 3473-1892 | 99148-9727 Vanderléia e Denilson  
99241-5824 João Carlos  
A partir de R\$ 98,00/pessoa

**Mariscos e Manguezais**  
Roteiro cultural e gastronômico  
Depois de um passeio de barco, é  
possível participar da elaboração do  
prato típico "lambê lambê" (arroz com  
mariscos), que será o almoço do grupo.

Duração: 06 horas (aproximadamente)  
Contato: 41 99215-9014 Maria do Carmo  
41 99157-1526 Maria  
A partir de R\$ 98,00/pessoa

**Trilha do Barreiro**  
Este roteiro é para quem gosta de aventuras em  
trilhas na floresta. Acompanhado por guias da região,  
você irá atravessar cerca de 7,5km de mata fechada,  
pela trilha que une as comunidades do Cabaraquara e  
do Parati. No caminho você estará imerso em histórias  
sobre as comunidades e informações sobre a fauna  
e flora da região. Almoço tradicional incluso.

Duração: 05 horas (aproximadamente)  
Contato: 41 99763-7914 Belém | 41 99192-2083 Gedivaldo  
A partir de R\$ 83,00/pessoa

**Caminho das Conchas**  
Neste passelo você vai conhecer um sambaqui,  
cultivos de ostras e algumas das ilhas da Baía de  
Guaratuba, tudo com barqueiros experientes,  
moradores da região. Você ainda poderá degustar  
ostras frescas tiradas do cultivo do Belém. Almoço  
tradicional incluso.

Duração: 2h30 (aproximadamente)  
Contato: 41 99177-3900 Zeca | 41 99763-7914 Belém  
A partir de R\$ 97,00/pessoa



No interior da floresta Atlântica,  
entre ilhas, rios, mangues e li-  
morros, os anfitriões da Baía  
Guaratuba te esperam com  
histórias, aventuras, conheci-  
e muita disposição!

